Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2025

Demonstrações Financeiras 2025

ÍNDICE

Relatório da administração	2
Balanço Patrimonial	23
Demonstração do Resultado do Exercício	24
Demonstração dos Resultados Abrangentes	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	26
Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	27
Demonstração dos Valores Adicionados	28
Notas Explicativas	29
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças	92
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	96
Parecer do Conselho Fiscal	104
Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	110

Mensagem da Administração

Em 2025, a Estratégia Energia C&A entrou em seu segundo ano de implementação, consolidando avanços relevantes em todas as áreas de atuação da companhia. Ao longo do período, executamos com disciplina nossas prioridades estratégicas, fortalecendo nosso modelo de negócios e ampliando a competitividade, resiliência e o valor da Companhia .

Fechamos o ano com as vendas de vestuário totalizando R$7,1 bilhões, um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior, e com 8,4% de crescimento nas vendas por m². A margem bruta de vestuário atingiu 56,4%, expansão de 0,4 p.p. na mesma base comparativa. Desde o início da execução da Energia, em 2024, nossa venda de vestuário por m² avançou 27,4% e com aumento de 1,1 p.p. na margem bruta.

Além disso, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com posição de caixa líquido de R$83,7 milhões, mesmo diante de um aumento expressivo de 51,8% no CAPEX, que totalizou R$545 milhões no período. O maior volume de investimentos foi direcionado às lojas, reformas e ao início da implementação da nova estratégia logística.

Como resultado desses avanços, o lucro líquido ajustado apresentou um importante aumento de 57,5% comparado a 2024, totalizando R$470,7 milhões em 2025, um recorde para a C&A. A combinação dessa nossa trajetória com disciplina financeira e diligência na alocação de capital resultou em um ROIC de 21,8% no período.

Ao longo do ano, a C&A ampliou sua capacidade criativa, com evolução no desenvolvimento de produtos, matérias-primas e design, refletindo a atuação de times cada vez mais engajados na construção de uma proposta comercial diferenciada. Esse movimento contribuiu para a elevação da qualidade e valor percebidos dos produtos.

O novo conceito de Loja Energia reforça nossa proposta de valor ao combinar uma experiência aprimorada para as clientes com um modelo operacional mais ágil. Ao longo de 2025, aceleramos a modernização do parque de lojas, concluindo 26 reformas — sendo três delas no modelo Energia — e avançando na expansão com a abertura de 10 novas lojas.

Reforçamos, ao longo do ano, o foco do nosso modelo de negócios em moda, concluindo a desmobilização das operações de telefonia. Iniciativas como essa abrem espaço para categorias mais aderentes à jornada da cliente, como produtos de beleza, que continuam ganhando relevância no portfólio.

No digital, relançamos o APP e o site com novas funcionalidades e uma experiência de navegação aprimorada para o usuário. Também tivemos resultados consistentes no Projeto Dispersão, que segue capturando ganhos de produtividade no parque atual de lojas.

Avançamos nas iniciativas de marca que fortalecem a nossa conexão emocional com a cliente. Como resultado, evoluímos no *brand power* e avançamos 8,1 p.p. no NPS em 2025 vs. 2024. Esse fortalecimento vem sendo reconhecido pela cliente, refletindo no aumento da frequência de compras e na maior conversão de vendas em nossas lojas ao longo do ano.

Aceleramos a modernização da arquitetura de sistemas, a automatização dos centros de distribuição e a aplicação de inteligência artificial, movimentos que contribuem para nossa eficiência operacional, ampliam a assertividade comercial e sustentam o ganho de produtividade da Companhia.

O C&A Pay manteve sua relevância como ferramenta de relacionamento, alcançando 27,5% de penetração (aumento de 2,0 p.p. em relação a 2024) e superando a marca de 9 milhões de cartões emitidos, impulsionando o engajamento e a recorrência da base de clientes. Em 2025, também encerramos a parceria com o Bradescard, avançando na autonomia da concessão de crédito próprio e, ao mesmo tempo, na oferta de uma jornada cada vez mais fluida para a cliente em nossos canais.

Entendemos que processos de transformação não são lineares. Exigem disciplina, capacidade de adaptação e foco. Após diversos trimestres consecutivos de resultados acima da expectativa, o 4T25 veio abaixo do esperado. Foi um período marcado por temperaturas atípicas, ambiente promocional mais intenso e, internamente, por uma maior ruptura em produtos de entrada.

Mesmo com os desafios do último trimestre, 2025 foi um ano de forte desempenho para a C&A. Avançamos de forma consistente na agenda de modernização, impulsionada por iniciativas estruturadas em todas as áreas da Companhia. Encerramos o ano confiantes na conclusão do ciclo da Estratégia Energia C&A em 2026 e seguros de que dispomos de alavancas claras de crescimento para sustentar nossa evolução das vendas por m². Essa trajetória reforça nossa competitividade, eleva a produtividade das lojas e fortalece o valor e a relevância da marca C&A.

Administração C&A Modas S.A.

Relatório da Administração
2025

Sobre a C&A

A C&A foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August e suas iniciais deram origem ao nome da marca. Desde o início, a Companhia se destacou pelo seu pioneirismo no varejo *de* moda, introduzindo o conceito de vestuário pronto para uso em um período em que ainda predominava a compra de tecidos para produção doméstica. Hoje, a C&A está entre as maiores cadeias varejistas de moda do mundo.

No Brasil, está presente desde 1976, quando inaugurou sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo.

Presente em todos os estados brasileiros, a Companhia conta com 340 lojas e um time de mais de 15 mil associados. Aliando inovação constante ao compromisso de superar expectativas das clientes e deixar um legado positivo, a C&A segue fortalecendo sua conexão com as clientes e consolidando sua posição no varejo de moda brasileiro.

Abaixo, segue gráfico com o número de lojas segregadas entre lojas de shoppings e lojas de rua:

Contexto operacional

A C&A Modas S.A. tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº1.222 - Barueri /SP. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A Companhia desempenha atividades preponderantes que englobam a comercialização no varejo e serviços financeiros, conforme descrito abaixo:

Comercialização no Varejo:

As operações do varejo consideram tanto as vendas em lojas físicas quanto no mercado eletrônico através de um portfólio que inclui vestuário, calçados, acessórios, óculos, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Nesse contexto, o segmento de moda em vestuário é a principal linha de negócio da Companhia, sendo responsável por 88,4% da receita líquida de 2025, totalizando R$7.059,8 milhões, um crescimento de 9,2% comparado a 2024.

Além disso, a Companhia segue avançando na consolidação da categoria de Beleza como uma vertical de crescimento importante em seu portfólio, alinhado à sua estratégia de crescimento e ampliação da sua proposta de valor. Em 2025, a categoria de Beleza apresentou um crescimento importante de 46,1% vs. 2024.

Ao longo do ano, a C&A seguiu com sua estratégia de desmobilização dos quiosques de telefonia e finalizou este processo no 3T25. No 4T25 permaneceu apenas as vendas de acessórios, como óculos e relógios. Como resultado, a receita líquida de Eletrônicos e Beleza no ano foi de R$584,1 milhões, uma redução de 16,0% em relação a 2024.

Como resultado dessa dinâmica da performance em vestuário e Eletrônicos e Beleza, a receita de mercadorias registrou um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior, atingindo R$ 7.643,9 milhões no 4T25.

Serviços Financeiros:

As operações de serviços financeiros da Companhia englobam atividades de intermediação para concessão de crédito, emissão de cartões *private label*, oferta de seguros dentre outros serviços que são operacionalizados por meio do C&A Pay, plataforma financeira proprietária da Companhia.

Em 2025, a receita líquida do C&A Pay atingiu R$343,8 milhões de reais, uma redução de 21,9% em relação ao ano anterior, devido a redução do plano de parcelado com juros. A sua participação nas vendas alcançou um patamar importante de 27,3% com uma carteira de mais de R$1 bilhão.

Relatório da Administração
2025

Energia C&A

A Estratégia Energia C&A representa o ciclo estratégico da Companhia para o período de 2024 a 2026, sucedendo a Estratégia Fashion Tech implementada entre 2019 e 2023.

Desenvolvida com o objetivo de recuperar o brilho da marca e o valor da Companhia, a estratégia busca elevar a produtividade das lojas por meio do fortalecimento dos produtos, da jornada omnicanal e da consolidação da marca, com uma estratégia de relacionamento ainda mais personalizada.

Todas essas iniciativas são sustentadas pela cultura única da Companhia, pelo comprometimento dos times e uma agenda ASG que sustentam a geração de valor e a solidez financeira, garantindo uma execução disciplinada.

No pilar de Produto, a Companhia segue avançando no desenvolvimento de propostas de moda com maior qualidade, profundidade e relevância para suas clientes. A evolução do valor percebido das coleções tem sido um vetor importante de diferenciação, refletida no desempenho das categorias estratégicas.

As categorias de jeans feminino e masculino já contribuem de forma relevante para os resultados, enquanto Ace, lingerie e infantil continuam ganhando relevância no portfólio. Beleza também apresentou forte expansão ao longo do ano, ao mesmo tempo em que a Companhia encerrou suas operações de telefonia, proporcionando uma experiencia ainda mais conectada com a moda para suas clientes.

Em jornada, a Companhia reconhece que o comportamento de consumo da cliente tornou-se cada vez mais omnicanal, combinando interações entre os ambientes físico e digital. Por isso, a integração dessa jornada permanece no centro da estratégia.

No ambiente físico, a C&A inaugurou seu novo conceito de loja, a loja Energia que já se mostra como uma alavanca clara de produtividade em loja para seu parque atual e potenciais novas expansões. Além dessa loja conceito, também foram realizados dois versionamentos (*maisntream e light*) da loja conceito, com objetivo de avaliar a performance em diferentes perfis e custos de lojas.

O programa Dispersão, iniciativa voltada para aumentar a produtividade entre as lojas, também avançou, totalizando mais de 40 lojas em 2025. Desde o início da sua implementação em 2024, quase um terço do total do parque de lojas já recebeu a iniciativa. Em paralelo, 23 reformas foram realizadas ao longo do ano que somadas às três lojas Energia, somam 26 lojas reformadas neste ano.

No digital, a Companhia segue em busca da melhor experiência para a cliente, com eficiência operacional. O site e aplicativo ganharam novas funcionalidades que trouxeram melhorias expressivas na usabilidade dos canais digitais, tornando a navegação mais intuitiva e conversacional, através da utilização de ferramentas com uso de inteligência artificial.

A implementação da sacola integrada, uma ferramenta que permite a cliente começar e finalizar a compra no site, App ou lojas físicas também foi finalizada, trazendo ainda mais opções para a cliente e aumentando a conveniência para uma melhor experiência omnicanal.

No pilar de Marca e Relacionamento, a Companhia avançou de forma significativa na construção de uma percepção mais forte, coerente e emocionalmente conectada com a sua cliente. Entre as principais iniciativas, destaca-se o novo posicionamento de marca lançado, ainda em 2024, sintetizado no slogan " A gente se encontra na C&A".

Desde então, a C&A vem consolidando essa identidade com iniciativas consistentes, incluindo uma pesquisa que revelou o impacto emocional do momento em que a cliente encontra o look perfeito e que norteou campanhas como o slogan "Quem encontra o look sente".

O C&A Pay também integra de maneira estratégica o pilar de relacionamento, atuando como uma ferramenta de contato contínuo com as clientes. Além de fomentar o crédito, a solução contribui para uma interação recorrente e personalizada, criando múltiplos pontos de conexão que reforçam o engajamento e fortalecem a jornada da cliente ao longo do tempo.

Relatório da Administração
2025

ASG

Ambiental

Em 2025, a C&A avançou de forma consistente na execução de sua estratégia ASG, consolidando a sustentabilidade como alavanca de geração de valor e mitigação de riscos no longo prazo. A economia circular permaneceu como pilar estratégico, com o Movimento ReCiclo que completou 8 anos — programa de logística reversa que permite aos clientes descartarem peças usadas nas lojas para reutilização ou reciclagem — presente em mais de 70% das unidades no Brasil.

Na agenda climática, a Companhia teve sua meta de redução de emissões aprovada pelo Science Based Targets initiative (SBTi), assumindo o compromisso de reduzir em 42% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa até 2030. A validação externa reforça a credibilidade da estratégia e o alinhamento às melhores práticas internacionais.

A agenda de produto também evoluiu, com 72,2% das matérias-primas classificadas como mais sustentáveis em 2025, em trajetória consistente para atingir 80% até 2030.

Adicionalmente, a C&A decidiu antecipar a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade referente ao exercício de 2025, a ser publicado em 2026, alinhado aos Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02 (IFRS S1 e S2), fortalecendo a transparência e a preparação para o novo ambiente regulatório, considerando as flexibilizações de adoção, conforme dispõe a Resolução CVM nº 193/2023.

Social

Em 2025, a agenda social da C&A continuou a evoluir com foco em cultura organizacional, diversidade e desenvolvimento de talentos — pilares essenciais para a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Pelo segundo ano consecutivo, a C&A foi reconhecida entre as empresas mais diversas do Brasil, segundo pesquisa do Datafolha. A Companhia já havia superado, em 2024, suas metas de representatividade na liderança, alcançando 66% de mulheres (meta de 60%) e 30% de pessoas negras e indígenas (meta de 30%). A diversidade na liderança contribui para maior qualidade na tomada de decisão, inovação e conexão com a base de clientes, além de fortalecer a reputação corporativa.

Através do Instituto C&A, o programa de voluntariado corporativo atingiu 19% de engajamento entre colaboradores, crescimento de 7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, refletindo o fortalecimento da cultura de propósito e o alinhamento entre valores corporativos e impacto positivo nas comunidades onde atuamos.

E foram concluídas quatro turmas do programa Escola de Varejo de Moda, com atuação nas regiões Sudeste e Nordeste, reforçando o compromisso com capacitação profissional e inclusão produtiva. Até o momento, 9% dos participantes foram contratados como associados da Companhia, evidenciando o potencial do programa como mecanismo estruturado de formação de talentos e fortalecimento da empregabilidade no setor.

Governança

Visando ao contínuo aprimoramento das melhores práticas de governança corporativa, a estrutura de Governança da C&A é composta, além da Assembleia de Acionistas, por um Conselho de Administração de maioria independente, uma Diretoria Executiva e Comitês de Assessoramento, que atuam de forma integrada no fortalecimento dos processos de supervisão, direcionamento estratégico e tomada de decisão.

Essa arquitetura institucional assegura maior consistência e transparência à condução dos negócios, promovendo o adequado equilíbrio entre gestão e controle, bem como o alinhamento da estratégia de crescimento da Companhia à geração de valor sustentável no longo prazo.

Ao longo de 2025, o Conselho concentrou sua atuação no acompanhamento da execução disciplinada da estratégia Energia, no fortalecimento da proposta de valor à cliente e na consolidação dos ganhos de eficiência operacional e financeira alcançados nos últimos ciclos.

Em linha com esse compromisso e com a evolução contínua de suas práticas, a Companhia atingiu, em 2025, 100% de aderência às recomendações aplicáveis do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas (CBGC), alcançando seu maior nível desde a primeira divulgação, em 2020. Além disso, a Companhia também contou com a entrada de novos conselheiros no seu comitê de ESG e de Estratégia.

Relatório da Administração
2025

Governança (cont...)

A seguir, apresenta-se a estrutura de administração da Companhia:

Nome	Posição	Mandato
Conselho de administração		
Marcos Guimarães Grasso	Presidente do Conselho de Administração	AGO/2027
Cristina Presz Palmaka de Luca	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Jamil Saud Marques	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Peter Takaharu Furukawa	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Diretoria Executiva		
Paulo Correa Junior	Presidente	Após a AGO/2027
Laurence Beltrão Gomes	Vice-Presidente de Adm, Finanças e de Relações com Investidores	Após a AGO/2027
Francislei Cassio Donatti	Vice-Presidente Comercial	Após a AGO/2027
Fernando Garcia Brossi	Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros	Após a AGO/2027
Maria Carolina Brasil Borghesi	Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG	Após a AGO/2027
Conselho Fiscal		
Marina de Mesquita Willisch	Membro Efetivo	AGO/2026
Meily Franco De Paula	Membro Suplente	AGO/2026
Diego Santana Tristão	Membro Efetivo	AGO/2026
Manuel Da Cunha Marinho	Membro Suplente	AGO/2026
Rafael De Souza Morsch	Membro Efetivo	AGO/2026
Thiago Wolf Pereira	Membro Suplente	AGO/2026
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças		
Jamil Saud Marques	Coordenador do Comitê	Após a AGO/2027
Ana Paula Malvestio	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Andrea Maria Ramos Leonel	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Estratégia		
Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley	Coordenadora do Comitê	Após a AGO/2027
Marcos Guimarães Grasso	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Luciana Staciarini *	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Paulo Correa Junior	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Gente e ASG		
Cristina Presz Palmaka de Luca	Coordenadora do Comitê	Após a AGO/2027
Marcos Guimarães Grasso	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
João Carlos Senise	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Renata Soares Piazzon	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Serviços Financeiros		
Peter Takaharu Furukawa	Coordenador do Comitê	Após a AGO/2027
Jamil Saud Marques	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Paulo Correa Junior	Membro do Comitê	Após a AGO/2027

* Data de eleição em 18 de dezembro de 2025 e data de posse em 1º de janeiro de 2026

Atendimento às disposições previstas na Lei nº 15.177/25

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da equidade, diversidade e inclusão em todas as suas práticas de trabalho, assegurando respeito às diferenças e oportunidades justas de acesso, desenvolvimento e remuneração.

Os processos de seleção, promoção e avaliação de desempenho são conduzidos exclusivamente com base em competências técnicas, potencial profissional e resultados, vedando qualquer discriminação não relacionada às qualificações exigidas.

Atendendo às obrigações legais, a Companhia divulgará, na Proposta da Administração submetido à Assembleia Geral Ordinária, as informações determinadas pela Lei nº 15.177/25, incluindo comparativos anuais dos principais indicadores de equidade, conforme requerido para todas as sociedades anônimas pela alteração legislativa recente.

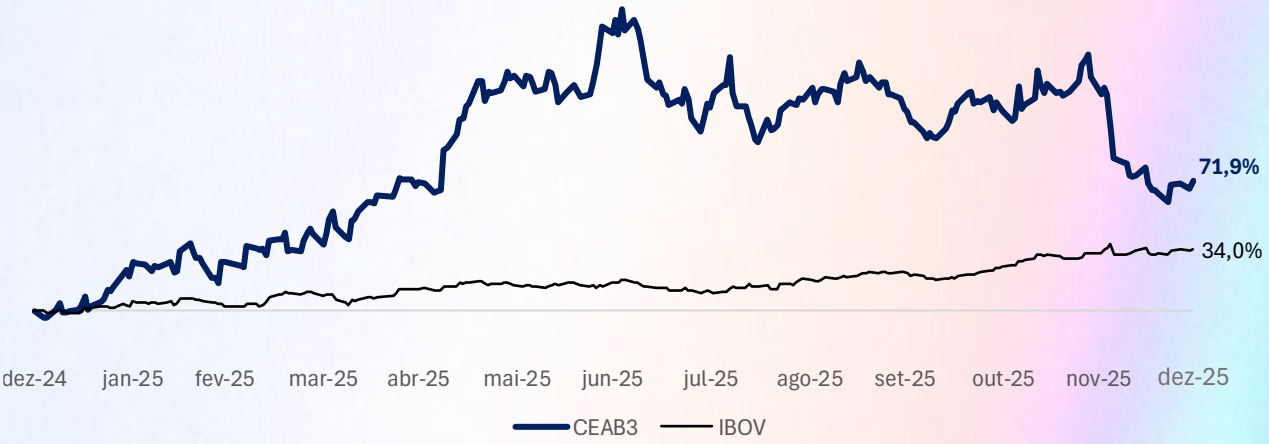
Relatório da Administração
2025

Mercado de capitais

A C&A estreou na B3 dia 28 de outubro de 2019 como empresa do Novo Mercado e o preço da oferta inicial das ações foi de R$16,50. O volume médio diário de negociação foi de R$60 milhões em 2025 e houve valorização das ações em 78,4%. Em 30 de dezembro de 2025, o valor de mercado da Companhia era de R$3,9 bilhões. Importante destacar que, em 01 de setembro de 2025 a companhia passou a compor o índice Bovespa da B3.

CEAB3[1]	
Preço final (30/12/2025)	12,76
Maior preço de 2025	19,83
Menor preço de 2025	7,12
Valorização/Desvalorização 2025	71,9%
Número total de ações	308.245.068
Market Cap (30/12/2025)	R$ 3,9 bilhões
Média diária de liquidez de 2025	R$60 milhões

CEAB3 x IBOV



O capital social da Companhia totaliza 308.245.068 ações ordinárias e o free float é de 66,5%. Abaixo, segue composição acionária:

Composição acionária	Quantidade de ações	% do total
Acionista controlador	95.311.283	30,9%
Administração	2.678.642	0,9%
Tesouraria	5.330.734	1,7%
Outros	204.924.409	66,5%
	308.245.068	100,0%

Destaques

C&A encerra o 2025 com lucro líquido ajustado de R$470,7 milhões e R$83,7 milhões em caixa líquido

Receita líquida de **vestuário** atinge **R$7,1 bilhões** (+9,2% vs. 2024) e crescimento de **27,2%** no acumulado de dois anos

Vestuário encerra o ano com **56,4% de margem bruta** (+0,4 p.p. vs. 2024)

Aumento de **46,0%** na receita líquida de **Beleza** vs. 2024

Margem bruta de mercadorias expande **1,7 p.p**. no ano, alcançando 56,4%

+23% de crescimento em **vestuário online** no ano

Redução de **3,2 p.p.** no **NPL** do C&A Pay vs. 2024

Lucro líquido ajustado[2] atinge **R$ 470,7** milhões em 2025, aumento de **57,5%** vs. 2024

Investimentos de **R$ 546** milhões em **Capex** +51,8% superior ao ano anterior

+8,1 p.p. no NPS do 2025 vs. 2024

R$ 843,8 milhões em geração de caixa livre ajustada[1] encerrando o ano com **R$83,7** milhões em **caixa líquido**

Abertura de **dez novas** lojas no ano e **26 reformas**, sendo três no modelo Energia

Fitch eleva rating de longo prazo da Companhia para **AA(bra)**

Companhia anuncia **adoção** antecipada do **Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**

21,8% no **ROIC[3]** de 2025, +5,5 p.p. vs. 2024

(1) Fluxo de caixa livre ajustado considera aplicações financeiras e não considera a alienação dos direitos relacionados à carteira do cartão bandeirado Bradescard

(2) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Recuperação de créditos fiscais; e (iii) programa de incentivo de longo prazo, líquido de impostos.

(3) ROIC calculado com base no lucro líquido ajustado dos últimos quatro trimestres.

Destaques

Resultados Consolidados

Indicadores (R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Receita líquida consolidada	7.983,0	7.636,5	4,5%
Receita líquida de vestuário	7.059,8	6.462,9	9,2%
Vendas em mesmas lojas - vestuário (SSS)[1] (%)	8,5%	16,4%	*-7,9 p.p.*
Vendas em mesmas lojas - mercadorias (SSS)[1] (%)	6,2%	13,1%	*-6,9 p.p.*

(R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Lucro bruto consolidado	4.432,5	4.176,6	6,1%
Margem bruta consolidada (%)	55,5%	54,7%	*0,8 p.p.*
Margem bruta - vestuário (%)	56,4%	56,0%	*0,4 p.p.*
Margem bruta - mercadorias (%)	55,1%	53,4%	*1,8 p.p.*
Despesas operacionais pós IFRS-16[2]	(2.784,1)	(2.566,8)	8,5%
Despesas operacionais pós IFRS-16/ receita líquida consolidada	34,9%	33,6%	*1,3 p.p.*
Despesas operacionais pré IFRS-16[2]	(3.280,5)	(3.040,3)	7,9%
Despesas operacionais pré IFRS-16 / receita líquida consolidada	41,1%	39,8%	*1,3 p.p.*

(R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
EBITDA ajustado[3] (pós-IFRS16)	1.576,3	1.449,5	8,8%
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS16) (%)	19,7%	19,0%	*0,8 p.p.*
EBITDA ajustado[3] (pré-IFRS16)	1.079,8	975,9	10,7%
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS16) (%)	13,5%	12,8%	*0,7 p.p.*

(R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Lucro (prejuízo) líquido	587,1	452,5	29,7%
Lucro (prejuízo) líquido ajustado[4]	470,7	298,9	57,5%
Investimentos	546,0	359,7	51,8%

(1) SSS: Same Store Sales - Crescimento de vendas em mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, Ship from Store e Clique e Retire).

(2) Considera apenas despesas com vendas, gerais e administrativas, excluindo despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação Direito de Uso (Arrendamento), despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais para fins de análise;

(3) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Receitas financeira de fornecedores; (iii) Recuperação de créditos fiscais; e (iv) programa de incentivo de longo prazo.

(4) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Recuperação de créditos fiscais; e (iii) programa de incentivo de longo prazo, líquido de impostos.

Receita líquida

Vestuário

A Companhia segue avançando de forma consistente na execução da Estratégia Energia C&A e no fortalecimento da sua proposta de valor, sustentada pelos pilares de produto, jornada omni, marca e relacionamento.

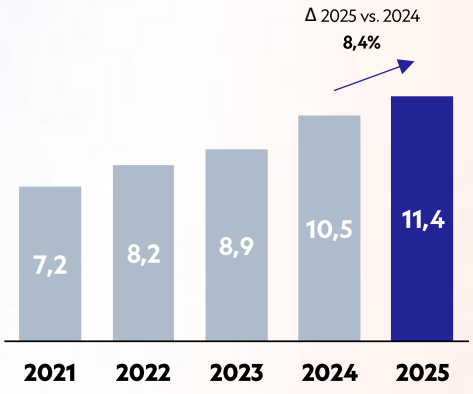
Nos últimos anos, esse conjunto de iniciativas elevou de forma contínua o valor percebido das coleções, com avanços em qualidade, curadoria de moda e experiência de compra. O Test & Learn e o Hub de Inteligência Comercial (HIC) contribuíram para essa evolução.

Assim, a receita líquida de vestuário totalizou R$ 7.059,8 milhões em 2025, um aumento de 9,2% comparado ao ano de 2024. No acumulado de 2 anos, este aumento foi de 27,4%.

Como resultado dessa jornada de construção de marca, a receita líquida de vestuário por m² aumentou 6,5% em 2025 vs. 2024 e desde o início da Estratégia Energia C&A, 25,1%. Como resultado dessa evolução, o ano de 2025 apresentou um crescimento de 8,4% sobre as vendas em mesmas lojas vs. 2024.

+27,4%
Receita líquida de vestuário por m²
(2023-2025)

Receita líquida de Vestuário por m²
(R$ Milhares)



Receita líquida

Site e App

A companhia segue investindo na jornada omni, com foco na experiência do usuário e com uso de agentes autônomos. Novas funcionalidades e integrações conectam ainda mais as lojas físicas ao ambiente digital para oferecer uma experiência de compra mais fluida.

A sacola de compra foi unificada e agora a cliente pode conduzir a sua jornada da forma que preferir, seja no site, aplicativo ou loja física. O novo site também foi reestruturado, com uma experiência de moda ainda mais relevante.

O IA Personal Shopper que promove uma busca contextualizada e a Home For You - uma página personalizada com recomendações de produtos baseada na navegação da cliente – também foram incorporados no APP. Todas essas funcionalidades tem contribuído para uma experiência mais relevante e próxima da cliente e têm se traduzido em maiores níveis de conversão.

Como resultado, no ano de 2025, a receita líquida de mercadorias provenientes das vendas do site e do aplicativo da C&A registrou um crescimento de 20,2% vs. 2024, atingindo R$457,6 milhões. A penetração do canal na receita de mercadorias aumentou 0,7p.p., correspondendo a 6,0% das vendas.

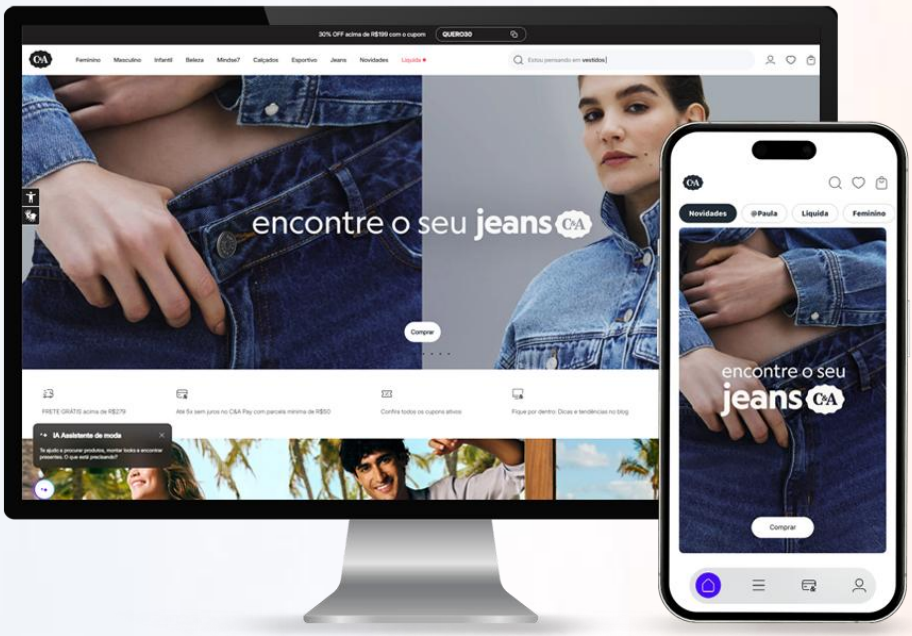
Site & App (R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Receita líquida de mercadorias (site + app)	457,6	380,6	20,2%
Receita líquida de mercadorias (site + app) / receita de mercadorias (%)	**6,0%**	**5,3%**	***0,7 p.p.***

Serviços financeiros

A receita líquida de serviços financeiros totalizou R$373,2 milhões em 2025, uma redução de 23,9% em relação a 2024.

Ao longo do ano tivemos um marco importante com o encerramento do contrato de parceria firmada, em 2009, com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard, concluindo um importante pilar estratégico do IPO relacionado a recompra dos diretos de ofertar produtos e serviços financeiros.

Considerando apenas a operação do C&A pay, a receita de 2025 totalizou R$ 343,8 milhões, 22,0% menor comparado ao ano de 2024, com uma penetração que atingiu 27,3%, 2,0 p.p. superior ao ano anterior.

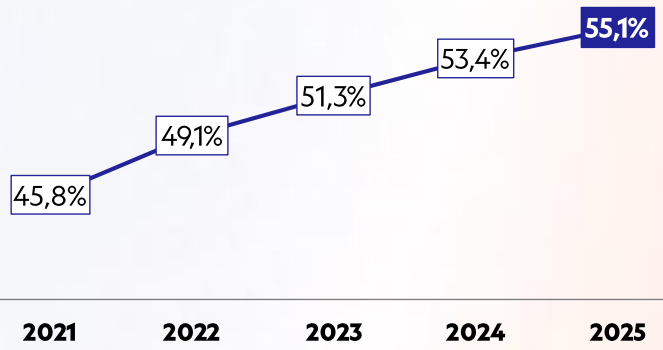


Lucro bruto e margem bruta

Lucro bruto e margem bruta (R$ Milhões e %)	2025	2024	Δ%
Vestuário	3.984,5	3.621,4	10,0%
Margem bruta (%)	*56,4%*	*56,0%*	*0,4 p.p.*
Eletrônicos e Beleza	230,7	201,3	14,7%
Margem bruta (%)	*39,5%*	*28,9%*	*10,6 p.p.*
Lucro bruto de mercadorias	**4.215,2**	**3.822,6**	**10,3%**
Margem bruta de mercadorias (%)	***55,1%***	***53,4%***	***1,7 p.p.***
Outras[1]	(99,3)	(86,5)	14,9%
Serviços financeiros	316,6	440,4	-28,1%
Lucro bruto consolidado	**4.432,5**	**4.176,6**	**6,1%**
Margem bruta consolidada (%)	***55,5%***	***54,7%***	***0,8 p.p.***

(1) Considera principalmente o frete sobre vendas do site e aplicativo.

Evolução da margem bruta de mercadorias
(em %)



A execução consistente do Energia C&A em direção ao seu processo de fortalecimento de marca tem permitido à Companhia sustentar o posicionamento baseado em maior valor percebido.

Além disso, a precificação dinâmica e o Hub de Inteligência Comercial tem garantido uma maior assertividade na gestão do sortimento e uma jornada de compra mais relevante para cliente.

Como resultado, a margem bruta de vestuário atingiu 56,4% no ano, uma expansão de 0,4 p.p..

A categoria Beleza, que tem uma margem bruta superior a de telefonia, segue aumentando a sua relevância no portfólio da Companhia, ao mesmo tempo em que houve o encerramento das vendas de celulares.

Dessa forma, a margem bruta consolidada de Eletrônicos e Beleza resultou em 39,5% e a margem bruta de mercadorias foi de 55,1%, uma expansão de 1,7 p.p. vs. 2024.

Despesas operacionais

	pós- IFRS 16			pré- IFRS 16		
Despesas operacionais (R$ Milhões)	**2025**	**2024**	**Δ%**	**2025**	**2024**	**Δ%**
Despesas com vendas	(2.049,1)	(1.918,2)	6,8%	(2.513,4)	(2.359,5)	6,5%
Despesas gerais e administrativas	(735,0)	(648,6)	13,3%	(767,1)	(680,8)	12,7%
Despesas operacionais[1]	**(2.784,1)**	**(2.566,8)**	**8,5%**	**(3.280,5)**	**(3.040,3)**	**7,9%**
Outras receitas (despesas) operacionais	217,6	77,4	181,0%	208,8	78,2	166,9%
Despesas operacionais totais[2]	**(2.566,5)**	**(2.489,3)**	**3,1%**	**(3.071,8)**	**(2.962,1)**	**3,7%**
%	**2025**	**2024**	**Δ%**	**2025**	**2024**	**Δ%**
Despesas com vendas / receita líquida consolidada	25,7%	25,1%	*0,5 p.p.*	31,5%	30,9%	*0,6 p.p.*
Despesas G&A / receita líquida consolidada	9,2%	8,5%	*0,7 p.p.*	9,6%	8,9%	*0,7 p.p.*
Despesas operacionais / receita líquida consolidada	**34,9%**	**33,6%**	***1,3 p.p.***	**41,1%**	**39,8%**	***1,3 p.p.***

(1) Exclui a despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais para facilitar a análise.

(2) Inclui Outras (despesas) receitas operacionais.

A Companhia segue com a execução da sua estratégia Energia C&A com objetivo de fortalecer as categorias-chave, reforçando seus times criativo e mantendo a consistência dos seus investimentos em marketing e a retomada do ritmo de abertura de lojas, principalmente no segundo semestre do ano.

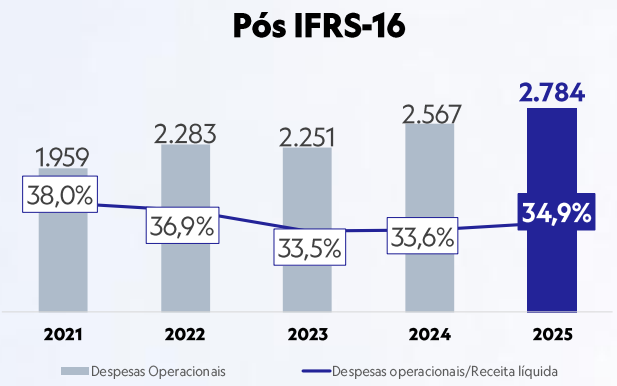
As despesas com vendas pré IFRS-16 totalizaram R$2.513,4 milhões em 2025, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete, principalmente, o maior nível de investimentos em marketing e também um maior custo de ocupação em função de dez novas aberturas de loja no ano. Como percentual da receita, as despesas com vendas apresentaram um aumento de 0,6 p.p. Na visão pós IFRS-16, as despesas com vendas totalizaram R$2.049,1 milhões, um aumento de 0,5 p.p. como percentual da receita.

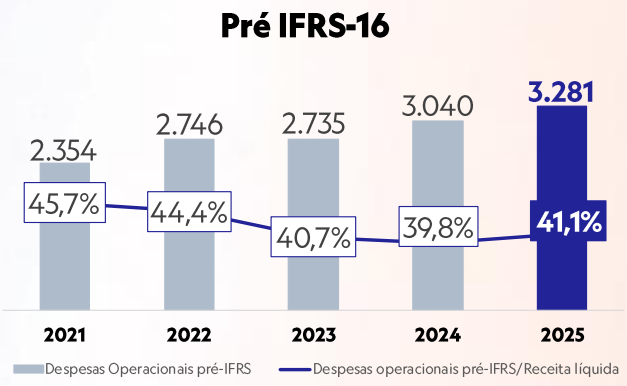
As despesas gerais e administrativas alcançaram R$767,1 milhões no ano de 2025, aumento de 12,7% em comparação a 2024. Esse crescimento reflete principalmente os investimentos no projeto Energia C&A. Como percentual da receita líquida, G&A representou 9,6%, um aumento de 0,7 p.p. na comparação anual. Na visão pós IFRS-16, o aumento também foi de 0,7p.p. na mesma base de comparação.

Como resultado dessa dinâmica, as despesas operacionais aumentaram 7,9% em 2025 vs. 2024 e, como percentual da receita, houve um aumento de 1,3 p.p.. Desconsiderando os efeitos da desmobilização da telefonia e da menor receita de serviços financeiros, o aumento teria sido de 0,2 p.p na mesma base de comparação.

Por fim, a linha de outras receitas e despesas operacionais totalizou R$217,6 milhões, refletindo a reversão da provisão para encargos previdenciários no valor de R$62,1 milhões.

Despesas operacionais (R$ Milhões e % sobre receita líquida)





Serviços financeiros

R$ Milhões	C&A Pay			Bradescard			Serviços Financeiros		
	2025	2024	Δ%	2025	2024	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita líquida de impostos	343,8	440,4	-21,9%	29,4	50,0	-41,7%	373,2	490,4	-24,0%
Custo de captação	(27,6)	(30,5)	-9,6%	-0,3	(0,6)	-51,7%	(27,9)	(31,1)	-10,4%
Lucro bruto	**316,2**	**409,9**	**-22,9%**	**29,1**	**49,4**	**-41,0%**	**345,3**	**459,3**	**-24,8%**
Despesas com vendas	(140,0)	(162,2)	-13,7%	-1,3	(18,7)	-	(141,3)	(180,9)	-21,9%
Despesas gerais e administrativas	(10,0)	(16,9)	-41,1%	-0,1	(0,1)	-	(10,1)	(17,0)	-40,7%
Perdas de crédito líquidas de recuperações	(134,3)	(202,4)	-33,7%	0,0	-	-	(134,3)	(202,4)	-33,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,0	(0,2)	-	154,3	0,0	-	154,3	(0,2)	-
(=) Resultado de serviços financeiros	**31,9**	**28,1**	**13,4%**	**181,8**	**30,7**	**492,0%**	**213,6**	**58,8**	**263,3%**

O C&A Pay segue seu papel estratégico como ferramenta de relacionamento, com foco na recorrência e aumento do ticket médio das clientes de sua base ativa.

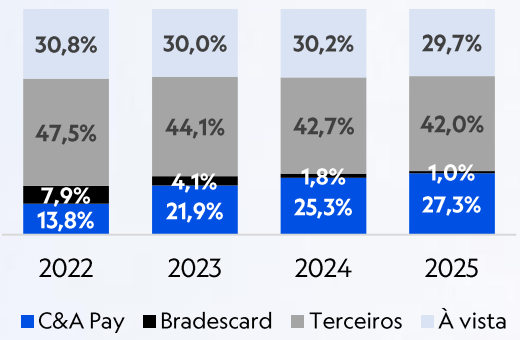
Assim, a receita líquida da operação totalizou R$343,8 milhões, uma redução de 21,9% em função de uma menor participação de parcelado com juros durante o período. Ao mesmo tempo, a estrutura flexível de despesas do C&A Pay, combinada com sua eficiência de cobrança trouxe uma redução de 13,7% nas despesas do ano, que somaram R$140,0 milhões.

Além disso, a qualidade da carteira de crédito da operação também tem evoluído com melhores rolagens e melhores taxas de inadimplência. Como resultado, a perda líquida do período reduziu 33,7%, atingindo R$134,3 milhões em 2025.

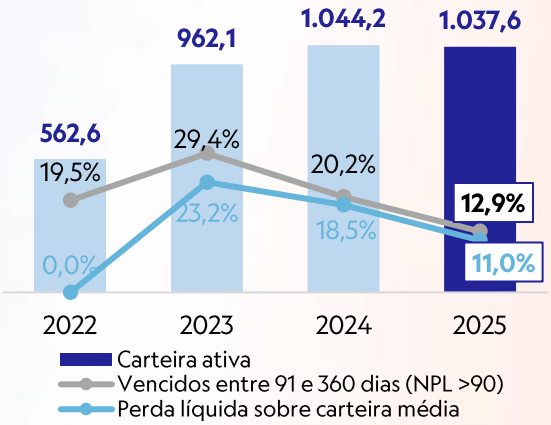
O posicionamento do C&A Pay, aliado a uma estratégia de crédito e cobrança eficiente, permitiram um lucro operacional de R$ 31,9 milhões no ano, 13,4% superior ao ano de 2024.

Por fim, em função do encerramento da parceria com o Bradescard no primeiro semestre de 2025, não há mais resultados dessa operação reconhecidos a partir do segundo semestre.

Modalidade de pagamento



Carteira C&A Pay até 360 dias
(R$ Milhões)



Serviços financeiros

C&A Pay	2025	2024	Δ%
Carteira ativa 720 dias	1.214,1	1.225,7	-0,9%
Carteira ativa 360 dias	1.037,6	1.044,2	-0,6%
Participação na venda do varejo	**27,3%**	**25,3%**	**2,0 p.p.**
Cartões novos (mil)	1.860,0	2.181,8	-14,8%
Cartões emitidos (mil)	9.054,0	7.194,1	25,9%
Índices de cobertura[1]			
sobre vencidos > 91 e 720 dias	102,1%	103,8%	-1,7 p.p.
sobre vencidos > 91 e 360 dias	108,7%	110,1%	-1,3 p.p.

(1) Considera saldos vencidos da carteira por estágio (IFRS-9).

O C&A Pay segue avançando com sua jornada com foco no aumento da intensidade de consumo da sua base ativa de clientes. Como parte dessa trajetória e em função de uma política de crédito mais seletiva desde o final de 2024, foi observado uma redução de 0,6% na carteira até 360 dias.

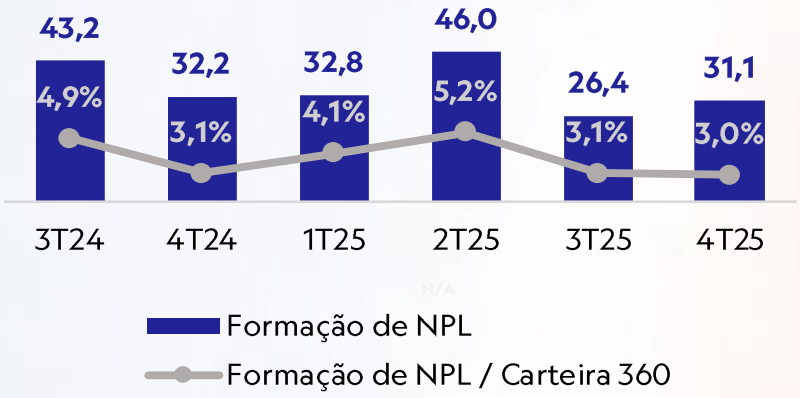
Nesse contexto, a estratégia do C&A Pay como ferramenta de comunicação também tem se mostrado ainda mais efetiva, em que a utilização deste cartão como meio de pagamento aumentou 2,0 p.p. vs. 2024, alcançando 27,3%.

Ao mesmo tempo, mesmo com critérios seletivos de concessão, o C&A Pay alcançou a marca de mais de 9 milhões de cartões emitidos, consolidando sua relevância como uma importante alavanca de relacionamento, que se conecta com uma experiencia de moda mais fluida.

Esse modelo também tem demonstrado eficiência refletida na melhora consistente dos indicadores de inadimplência. A formação do NPL 90, representado pelos saldos vencidos entre 90 e 360 dias continua reduzindo na comparação anual como consequência do bom desempenho das novas safras e rolagens.

Por fim, a cobertura dos saldos vencidos entre 91 e 360 dias segue em patamares confortáveis, com nível de cobertura alcançando 108,7%.

Formação de NPL (R$ Milhões)



(2) Evolução da carteira (Yoy) vs. evolução formation 91 a 360 dias (YoY)

EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado consolidado

R$ Milhões e %	2025	2024	Δ%
Lucro líquido	**587,1**	**452,5**	**29,7%**
(+) Impostos sobre o lucro	139,9	60,4	131,5%
(+/-) Resultado financeiro líquido	317,6	296,3	7,2%
(+) Depreciação e amortização	687,1	675,5	1,7%
EBITDA (pós-IFRS 16)	**1.731,6**	**1.484,8**	**16,6%**
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais	(202,7)	47,0	-
(+) Receita financeira de fornecedores	14,8	15,0	-1,2%
(-) Recuperação de créditos fiscais	(14,9)	(124,4)	-88,1%
(+) Incentivo de longo prazo	47,4	27,1	74,8%
EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)	**1.576,3**	**1.449,5**	**8,8%**
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS 16) (%)	19,7%	19,0%	*0,8 p.p.*
EBITDA (pré-IFRS 16)	**1.226,4**	**1.012,0**	**21,2%**
EBITDA ajustado (pré-IFRS 16)	**1.079,8**	**975,9**	**10,7%**
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS 16) (%)	13,5%	12,8%	*0,7 p.p.*

O EBITDA ajustado pré IFRS-16 totalizou R$1.079,8 milhões no ano, um resultado 10,7% maior que aquele registrado em 2024. Apesar da desmobilização de telefonia e do encerramento da parceria com o Bradescard, que impactou a receita total da Companhia, a receita de vestuário compensou essa redução. Como consequência, a margem atingiu 13,5%, um aumento de 0,7p.p..

Na visão pós IFRS-16, o EBITDA ajustado foi de R$1.576,3 milhões, com margem de 19,7%, 0,8 p.p. acima na comparação anual em função do melhor resultado operacional no trimestre e redução na perda líquida do período.

EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado da operação de Varejo

R$ Milhões e %	2025	2024	Δ%
EBITDA ajustado (pós-IFRS 16)	**1.576,3**	**1.449,5**	**8,8%**
(+/-) Resultado de serviços financeiros[1]	(87,1)	(89,5)	-2,7%
EBITDA ajustado (pós-IFRS 16) da operação de varejo	1.489,2	1.359,9	9,5%
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS 16) da operação de varejo	**19,4%**	**18,9%**	***0,5 p.p.***
EBITDA ajustado (pré-IFRS 16)	**1.079,8**	**975,9**	**10,7%**
(+/-) Resultado de serviços financeiros[1]	(87,1)	(89,5)	-2,7%
EBITDA ajustado (pré-IFRS 16) da operação de varejo	992,7	886,4	12,0%
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS 16) da operação de varejo	**12,9%**	**12,3%**	***0,6 p.p.***

(1) Desconsidera o custo de captação da operação financeira, visto que este valor não impacta o resultado consolidado da companhia, mas é contabilizado como custo no C&A Pay.

No ano, o EBITDA ajustado pré IFRS-16 da operação de Varejo totalizou R$992,7 milhões, com margem de 12,9%, um aumento de 0,6 p.p. frente ao ano anterior. Na visão pós IFRS-16, o EBITDA ajustado de 2025 alcançou R$1.489,2 milhões com margem de 19,4%.

Resultado financeiro

R$ Milhões	2025	2024	Δ%
Variação cambial	**(9,2)**	**(13,3)**	**-30,9%**
Despesas financeiras	**(564,7)**	**(555,0)**	**2,3%**
Juros sobre empréstimos	(190,3)	(187,8)	1,4%
Juros sobre arrendamentos	(175,8)	(170,9)	2,9%
AVP de juros com fornecedores	(120,6)	(95,9)	25,8%
Juros com fornecedores - Bradescard	(42,1)	(69,2)	-39,1%
Juros sobre impostos e contingências	(25,0)	(21,7)	15,3%
Outras despesas financeiras	(10,8)	(9,6)	12,6%
Receitas financeiras	**256,3**	**272,0**	**-4,6%**
Atualização monetária sobre créditos tributários	86,3	195,1	-55,8%
Juros sobre aplicações financeiras	123,6	77,0	60,4%
Resultado com títulos e valores mobiliários	37,1	8,4	340,1%
Outras receitas financeiras	9,3	(8,6)	-
Resultado financeiro líquido	**(317,6)**	**(296,3)**	**7,2%**

No ano, as despesas financeiras totalizaram R$564,7 milhões, um aumento de 2,3% em decorrência de um aumento de 25,8% na linha do AVP de juros com fornecedores em função de uma maior taxa de juros (SELIC) no período, que foi parcialmente compensado pelo encerramento da parceria com o Bradescard, que cessou o reconhecimento de juros na linha de fornecedores – Bradescard a partir do segundo semestre.

Importante destacar que, com a gestão da dívida realizada ao longo do segundo semestre, a companhia conseguiu reduzir o custo da dívida, elevar o prazo de pagamento e reduzir o endividamento na comparação anual.

Do lado das receitas financeiras, um maior nível de rentabilidade do caixa, e uma maior receita financeira de fornecedores foram compensados por uma menor atualização monetária sobre créditos tributários do período, que totalizaram R$86,3, uma redução de 55,8% vs. 2024.

Como consequência dessa dinâmica, a Companhia registrou uma despesa financeira líquida de R$317,6 milhões, representando um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior.

Lucro líquido

Lucro (prejuízo) líquido (R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Lucro (prejuízo) líquido	**587,1**	**452,5**	**29,7%**
Margem líquida (%)	7,4%	5,9%	*1,4 p.p.*
Lucro (prejuízo) líquido ajustado[1]	**470,7**	**298,9**	**57,5%**
Margem líquida ajustada (%)	5,9%	3,9%	*2,0 p.p.*

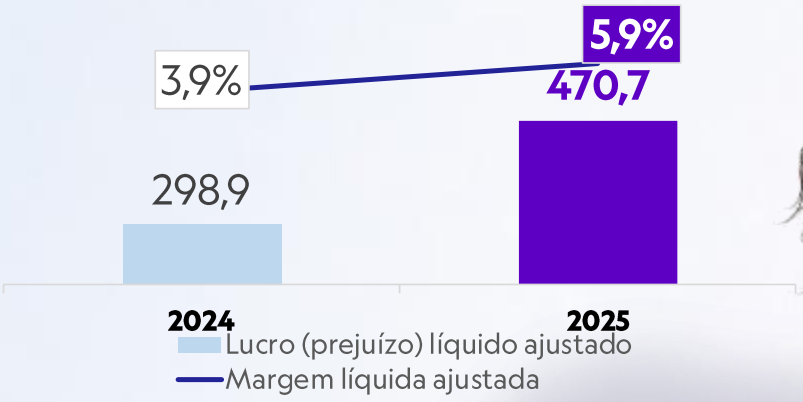
(1) Lucro líquido pós- IFRS (2) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Receitas financeira de fornecedores; (iii) Recuperação de créditos fiscais; e (iv) encargos sociais referentes ao programa de incentivo de longo prazo pago

Em 2025, o lucro líquido reportado atingiu R$587,1 milhões, representando um crescimento expressivo de 29,7% em relação a 2024.

O lucro líquido ajustado, que desconsiderada o efeito da reversão da provisão para encargos previdenciários de R$62,1 milhões, somou R$470,7 milhões, avanço de 57,5% na mesma base de comparação, sustentando um incremento relevante de 2,0 p.p. na margem líquida ajustada.

Esse desempenho reflete a evolução dos resultados da Companhia com a redução da alavancagem.

Lucro (prejuízo) líquido ajustado e margem líquida ajustada (R$ e %)



Endividamento

R$ Milhões	4T25	4T24	Δ%
Dívida de curto prazo	139,0	438,6	-68,3%
Dívida de longo prazo	820,7	1.034,9	-20,7%
Dívida bruta	**959,7**	**1.473,5**	**-34,9%**
Compromisso Bradescard	0,0	608,6	-
Dívida bruta total	**959,7**	**2.082,1**	**-53,9%**
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**1.043,4**	**1.572,5**	**-33,7%**
(=) Caixa (dívida) líquido	**83,7**	**(509,6)**	**-**
EBITDA Ajustado pré-IFRS16 (LTM)	1.079,8	975,9	10,7%
Alavancagem[1]	**n/a**	**0,5x**	**n/a**

Nota: Dívida de curto e longo prazo líquida de derivativos
(1) Medida pela relação dívida líquida/EBITDA

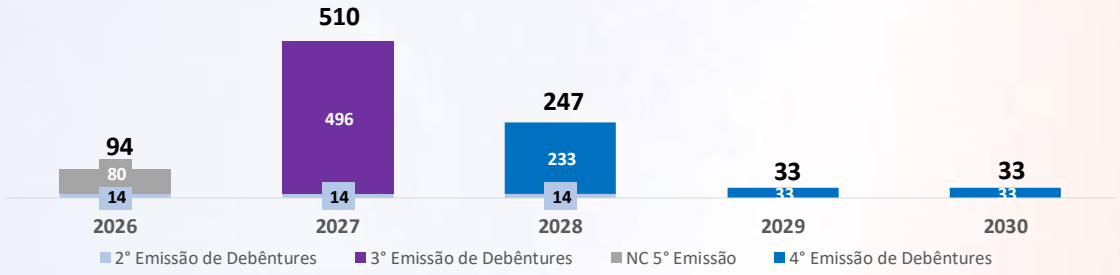
A companhia avançou em seu processo de otimização de sua estrutura de capital e redução do custo da dívida.

Ao longo do ano, foram realizados pagamentos de dívida com caixa próprio, que contribuíram para uma redução do custo médio da dívida, que passou para CDI + 1,57% ao final de 2025, reforçando a disciplina financeira da companhia.

Como resultado, a dívida bruta ao final do ano reduziu 34,9% vs. 2024, atingindo R$959,7 milhões. Ao mesmo tempo, a forte geração de caixa sustentou um nível saudável de liquidez da Companhia, encerrando o trimestre com R$1.043,4 ,milhões em caixa, equivalentes e aplicações financeiras, revertendo o cenário de dívida líquida no 4T24 para um montante de R$83,7 milhões em caixa líquido em 2025.

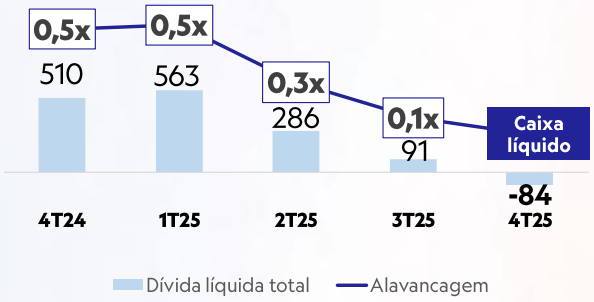
Abaixo, segue cronograma de amortização da dívida da Companhia:

Cronograma de Amortização da Dívida (R$ milhões)



Dívida líquida total e alavancagem (R$ milhões)

O cronograma de amortização refere-se apenas ao principal, sem incluir juros.



Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa ajustado

R$ Milhões	2025	Ajustes Bradescard	2025 Ajustado	2024	Δ%
Lucro (prejuízo) pré-IFRS16 antes do IR/CSLL	**740,0**	**(154,3)**	**585,7**	**537,5**	**9,0%**
Depreciação e amortização	344,6		344,6	349,0	**-1,3%**
(+/-) Outros	370,8	(15,7)	355,1	311,0	**14,2%**
Ajustes sem efeito caixa	**715,4**	**(15,7)**	**699,7**	**660,0**	**6,0%**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(120,9)**	**36,7**	**(84,2)**	**(59,3)**	**42,0%**
Capital de giro	**(468,2)**	**650,6**	**182,4**	**(194,6)**	**-**
Contas a receber	(13,8)		(13,8)	(282,8)	**-95,1%**
Estoques	(238,7)		(238,7)	(250,4)	**-4,7%**
Fornecedores	117,3		117,3	(75,2)	**-**
Fornecedores Bradescard	(650,6)	650,6	(0,0)	-	**-**
Outros	317,7		317,7	413,9	**-23,2%**
Caixa originado (aplicado) pelas atividades operacionais	**866,3**	**517,3**	**1.383,6**	**943,6**	**46,6%**
Fluxo de caixa originado (aplicado) em atividades de investimentos	**(539,8)**		**(539,8)**	**(291,8)**	**85,0%**
(=) Fluxo de caixa livre ajustado	**326,5**	**517,3**	**843,8**	**651,9**	**29,4%**
(Consumo) Geração de caixa em atividades de financiamento	**(855,7)**	**(650,6)**	**(1.506,3)**	**(426,3)**	**253,3%**
(Uso) Geração de caixa	**(529,2)**	**(133,3)**	**(662,5)**	**225,5**	**-**

A Companhia apresentou uma geração positiva de capital de giro que contribuiu para um ciclo de conversão de caixa favorável no ano, com evolução de seis dias vs. 2024. O ano foi marcado pela continuidade da disciplina na sua gestão de capital, com destaque para o contas a receber que seguiu evoluindo principalmente em função do processo de desimobilização de telefonia.

O lucro recorde do ano, somado com a gestão de capital de giro, se traduziu em uma geração de caixa operacional ajustada de R$1.383,6 milhões no ano, 46,6% superior ao ano passado.

O fluxo de caixa de investimentos aumentou 85,0%, totalizando R$539,8 milhões no ano, em função das novas aberturas de lojas, reformas e do início da execução da nova estratégia logística da Companhia.

Com isso, o fluxo de caixa livre ajustado atingiu R$843,8 milhões, 29,4% superior a 2024.

Investimentos

Investimentos (R$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Novas lojas	86,2	32,0	169,0%
Reformas e modelagens	274,4	150,4	82,4%
Cadeia de suprimentos	34,4	11,8	190,3%
Digital e tecnologia	151,1	165,4	-8,7%
Total	**546,0**	**359,7**	**51,8%**

Nota: O valor do investimento corresponde aos investimentos adquiridos no período, mas não necessariamente pagos. O montante pago (saída de caixa) está informado no fluxo de caixa das atividades de investimentos.

A Companhia investiu R$546 milhões em 2025, um aumento de 51,8% em relação a 2024. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela inauguração de 10 lojas no período e reformas de lojas que somaram um CAPEX de R$86,2 milhões e reformas que totalizaram R$274,4 milhões.

Em tecnologia, a Companhia segue com os avanços do Hub de Inteligência Comercial (HIC) , com o início do processo de estruturação dos sistemas para suportar o sortimento dinâmico e avanços no em outras ferramentas, como a precificação dinâmica. Assim, os investimentos nessa linha totalizaram R$151,1 milhões.

Por fim, a estratégia logística também vem sendo executada e explica o aumento de 190,3% na linha de Cadeia de Suprimentos.

C&A Modas S.A.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**748.512**	1.262.270	**774.521**	1.403.225
Títulos e valores mobiliários	6	**-**	-	**268.854**	169.310
Contas a receber	7	**962.127**	1.076.795	**1.753.283**	1.862.821
Estoques	8	**1.154.866**	1.032.231	**1.154.866**	1.032.231
Tributos a recuperar	9	**560.872**	469.885	**569.544**	470.354
Derivativos	4	**2.552**	18.255	**2.552**	18.255
Outros ativos		**36.172**	37.186	**36.209**	37.197
Total do ativo circulante		**3.465.101**	3.896.622	**4.559.829**	4.993.393
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	**757.850**	854.604	**-**	-
Tributos diferidos	10	**529.421**	544.580	**489.748**	530.141
Tributos a recuperar	9	**791.364**	1.127.692	**791.364**	1.127.692
Depósitos judiciais	20	**91.358**	144.935	**91.360**	144.940
Derivativos	4	**-**	6.551	**-**	6.551
Outros ativos		**4.615**	4.752	**4.615**	4.752
Total do ativo realizável a longo prazo		**2.174.608**	2.683.114	**1.377.087**	1.814.076
Investimento	11	**254.986**	187.647	**-**	-
Imobilizado	12	**1.057.438**	823.714	**1.057.438**	823.714
Direito de uso – arrendamento mercantil	15	**1.474.548**	1.529.909	**1.474.548**	1.529.909
Intangível	13	**849.731**	892.807	**849.731**	892.807
Total do ativo não circulante		**5.811.311**	6.117.191	**4.758.804**	5.060.506
Total do ativo		**9.276.412**	10.013.813	**9.318.633**	10.053.899

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	**1.318.136**	1.877.357	**1.324.832**	1.889.243
Obrigações de risco sacado	16	**421.205**	350.043	**421.205**	350.043
Empréstimos e debêntures	17	**139.796**	456.541	**139.796**	456.541
Arrendamentos	15	**372.743**	352.734	**372.743**	352.734
Obrigações trabalhistas	18	**290.811**	276.780	**293.617**	279.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	**139.779**	101.934	**139.779**	101.934
Tributos a recolher	19	**374.578**	373.489	**385.977**	375.899
Derivativos	4	**1.760**	319	**1.760**	319
Outros passivos	21	**17.220**	24.033	**36.452**	43.733
Total do passivo circulante		**3.076.028**	3.813.230	**3.116.161**	3.850.272
Não circulante					
Fornecedores	16	**-**	218	**-**	218
Empréstimos e debêntures	17	**820.676**	1.041.472	**820.676**	1.041.472
Arrendamentos	15	**1.407.500**	1.474.142	**1.407.500**	1.474.142
Obrigações trabalhistas	18	**16.152**	20.310	**16.152**	20.310
Tributos a recolher	19	**14.325**	15.389	**14.325**	15.389
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	**184.468**	290.012	**186.554**	293.052
Outros passivos	21	**50.209**	50.556	**50.209**	50.556
Total do passivo não circulante		**2.493.330**	2.892.099	**2.495.416**	2.895.139
Total do passivo		**5.569.358**	6.705.329	**5.611.577**	6.745.411
Patrimônio líquido					
Capital social	22	**1.847.177**	1.847.177	**1.847.177**	1.847.177
Ações em tesouraria	22	**(48.190)**	(34.365)	**(48.190)**	(34.365)
Reserva de capital		**39.243**	49.287	**39.243**	49.287
Reserva de lucros		**1.868.222**	1.439.134	**1.868.222**	1.439.134
Resultados abrangentes		**602**	7.251	**602**	7.251
Total participação de controladores		**3.707.054**	3.308.484	**3.707.054**	3.308.484
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**2**	4
Total do patrimônio líquido		**3.707.054**	3.308.484	**3.707.056**	3.308.488
Total do passivo e do patrimônio líquido		**9.276.412**	10.013.813	**9.318.633**	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R$, exceto o resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	26	**7.730.456**	7.304.317	**7.982.958**	7.636.539
Venda de mercadorias e serviços		**7.670.574**	7.196.456	**7.665.846**	7.195.564
Produtos e serviços financeiros		**59.882**	107.861	**317.112**	440.975
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		**(3.550.347)**	(3.459.741)	**(3.550.502)**	(3.459.970)
Venda de mercadorias e serviços		**(3.550.167)**	(3.459.466)	**(3.550.167)**	(3.459.382)
Produtos e serviços financeiros		**(180)**	(275)	**(335)**	(588)
Lucro bruto		**4.180.109**	3.844.576	**4.432.456**	4.176.569
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	27	**(2.505.722)**	(2.324.746)	**(2.511.645)**	(2.355.001)
Gerais e administrativas	27	**(958.273)**	(885.982)	**(959.532)**	(887.313)
Perdas em créditos, líquida		**-**	-	**(134.301)**	(202.442)
Equivalência patrimonial	11	**66.781**	35.132	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	**218.356**	77.613	**217.571**	77.432
Lucro antes do resultado financeiro		**1.001.251**	746.593	**1.044.549**	809.245
Resultado de variação cambial		**(9.171)**	(13.281)	**(9.172)**	(13.281)
Despesas financeiras		**(636.975)**	(599.721)	**(564.671)**	(555.044)
Receitas financeiras		**223.869**	254.381	**256.275**	271.999
Resultado FIDC C&A Pay		**113.586**	106.753	**-**	-
Resultado financeiro	28	**(308.691)**	(251.868)	**(317.568)**	(296.326)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**692.560**	494.725	**726.981**	512.919
Impostos sobre o lucro	10	**(105.471)**	(42.248)	**(139.894)**	(60.441)
Lucro líquido do exercício		**587.089**	452.477	**587.087**	452.478
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores				**(2)**	1
Controladores				**587.089**	452.477
Lucro básico por ação - em R$	33			**1,9381**	1,4839
Lucro básico por ação diluído - em R$	33			**1,8913**	1,4682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**587.089**	452.477	**587.087**	452.478
Outros resultados abrangentes:				
Resultados com derivativos	**(10.277)**	12.357	**(10.446)**	12.357
Outros resultados abrangentes (a)	**134**	(318)	**134**	(318)
Efeitos tributários	**3.494**	(4.201)	**3.663**	(4.201)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	**(6.649)**	7.838	**(6.649)**	7.838
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas:	**580.440**	460.315	**580.438**	460.316
Não controladores			**(2)**	1
Controladores			**580.440**	460.315

(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C&A Modas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R$)

			Reserva de capital		Reserva de lucro				Outros resultados abrangentes				
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais	Reserva para investi-mento	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total controla-dores	Participação de não contro-ladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023	**1.847.177**	**(8.498)**	**10.516**	**39.363**	**65.208**	**75.720**	**14.560**	**947.612**	**(586)**	**-**	**2.991.072**	**3**	**2.991.075**
Instrumentos patrimoniais outorgados – Remuneração baseada em ações	-	-	-	13.358	-	-	-	-	-	-	13.358	-	13.358
Recompra de ações	-	(32.364)	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.364)	-	(32.364)
Ações liquidadas (i)	-	6.497	-	(13.950)	-	-	-	-	-	-	(7.453)	-	(7.453)
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.477	452.477	1	452.478
Reserva legal	-	-	-	-	22.623	-	-	-	-	(22.623)	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	291.293	-	(291.293)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	22.117	-	-	(22.117)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.000)	(105.000)	-	(105.000)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.444)	(11.444)	-	(11.444)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	7.837	-	7.837	-	7.837
Em 31 de dezembro de 2024	**1.847.177**	**(34.365)**	**10.516**	**38.771**	**87.831**	**75.720**	**36.677**	**1.238.905**	**7.251**	**-**	**3.308.483**	**4**	**3.308.487**
Instrumentos patrimoniais outorgados – Remuneração baseada em ações	**-**	**-**	**-**	**23.401**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**23.401**	**-**	**23.401**
Recompra de ações	**-**	**(36.039)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(36.039)**	**-**	**(36.039)**
Ações liquidadas (i)	**-**	**22.214**	**-**	**(33.445)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(11.231)**	**-**	**(11.231)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**587.089**	**587.089**	**(2)**	**587.087**
Reserva legal	**-**	**-**	**-**	**-**	**29.355**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(29.355)**	**-**	**-**	**-**
Reserva para investimentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**399.734**	**-**	**(399.734)**	**-**	**-**	**-**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(158.000)**	**(158.000)**	**-**	**(158.000)**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.649)**	**-**	**(6.649)**	**-**	**(6.649)**
Em 31 de dezembro de 2025	**1.847.177**	**(48.190)**	**10.516**	**28.727**	**117.186**	**75.720**	**36.677**	**1.638.639**	**602**	**-**	**3.707.054**	**2**	**3.707.056**

(i) Em março de 2024 e abril de 2025 foram liquidadas as ações do plano de remuneração PSU 2021 e plano de 2022, respectivamente. (vide movimentação na nota 25).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**692.560**	494.725	**726.981**	512.919
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Constituição (Reversão) de perdas de crédito esperadas	7	**91**	326	**124.756**	198.678
Constituição de perdas nos estoques	8	**106.127**	95.406	**106.127**	95.406
Reconhecimento de créditos tributários	9	**(69.555)**	(284.913)	**(69.555)**	(284.913)
Equivalência patrimonial	11	**(66.781)**	(35.132)	**-**	-
Depreciação e amortização	12 e 13	**344.612**	349.043	**344.612**	349.043
Amortização do direito de uso	15	**375.700**	358.647	**375.700**	358.647
Juros, variações monetárias e cambiais		**421.468**	435.999	**384.671**	417.702
Constituição (Reversão) de perdas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**(16.874)**	35.091	**(17.828)**	39.075
Outros		**25.520**	29.984	**25.520**	30.255
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		**115.388**	(21.273)	**(13.849)**	(282.794)
Estoques		**(238.729)**	(250.365)	**(238.729)**	(250.448)
Tributos a recuperar		**314.896**	264.299	**306.693**	273.155
Depósitos judiciais		**58.957**	16.001	**58.960**	16.022
Outros ativos		**1.151**	13.141	**1.125**	13.172
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais					
Fornecedores		**51.346**	(64.285)	**46.156**	(60.537)
Fornecedor Bradescard (**)	16	**(650.648)**	-	**(650.648)**	-
Obrigações de risco sacado		**71.162**	(14.666)	**71.162**	(14.666)
Tributos a pagar		**9.185**	93.924	**15.844**	87.485
Obrigações trabalhistas		**(1.358)**	42.013	**(1.598)**	43.793
Processos tributários, cíveis e trabalhistas		**(88.670)**	(32.621)	**(88.670)**	(34.763)
Outros passivos		**(10.828)**	(2.292)	**(11.296)**	(3.480)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes das aplicações financeiras e imposto de renda		**1.444.720**	**1.523.052**	**1.496.134**	**1.503.751**
Títulos e valores mobiliários		**96.754**	(63.252)	**(62.916)**	40.573
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(114.199)**	(55.366)	**(120.889)**	(59.277)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**1.427.275**	**1.404.434**	**1.312.329**	**1.485.047**
Aquisição de imobilizado	12	**(395.179)**	(155.493)	**(395.179)**	(155.493)
Aquisição de intangível	13	**(144.726)**	(136.342)	**(144.726)**	(136.343)
Redução de capital em controlada			(35.000)	**-**	-
Recebimento por vendas de ativos imobilizados		**68**	74	**68**	74
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(539.837)**	**(326.761)**	**(539.837)**	**(291.762)**
Novos empréstimos e emissão de debêntures	17	**300.000**	745.963	**300.000**	745.963
Custos de transação de empréstimos/debêntures	17	**(644)**	(8.721)	**(644)**	(8.721)
Pagamento do principal dos empréstimos	17	**(828.776)**	(955.424)	**(828.776)**	(955.424)
Pagamento de juros sobre empréstimos	17	**(188.265)**	(175.781)	**(188.265)**	(175.781)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	15	**(545.538)**	(519.321)	**(545.538)**	(519.321)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	23	**(101.934)**	-	**(101.934)**	-
Recompra de ações	22	**(36.039)**	(32.364)	**(36.039)**	(32.364)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(1.401.196)**	(945.648)	**(1.401.196)**	(945.648)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(513.758)**	132.025	**(628.704)**	247.637
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.262.270**	1.130.245	**1.403.225**	1.155.588
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**748.512**	1.262.270	**774.521**	1.403.225

(**) Pagamento referente à aquisição do direito de exploração de serviços financeiros, chamado de "balcão Bradesco" (Nota.1.1)

No exercício findo em 2025 a Administração, visando melhorar a apresentação do fluxo de caixa, agrupou itens de natureza semelhantes referentes aos ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C&A Modas S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**10.293.061**	9.667.191	**10.551.509**	9.989.564
Outras receitas operacionais	**184.594**	146.273	**183.915**	147.515
Provisão, reversão e perda de recebíveis	**102**	260	**(134.199)**	(202.182)
Receitas	**10.477.757**	9.813.724	**10.601.225**	9.934.897
Custos prod. merc. e serv. vendidos	**(3.428.746)**	(3.325.750)	**(3.428.746)**	(3.310.188)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	**(1.173.135)**	(1.160.125)	**(1.167.421)**	(1.177.339)
Provisão, reversão e perda de outros ativos	**(110.263)**	(144.559)	**(111.048)**	(144.745)
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.712.144)**	(4.630.434)	**(4.707.215)**	(4.632.272)
Valor adicionado bruto	**5.765.613**	5.183.290	**5.894.010**	5.302.625
Depreciação e amortização	**(344.612)**	(349.042)	**(344.612)**	(349.127)
Depreciação do direito de uso	**(375.701)**	(358.647)	**(375.701)**	(358.647)
Retenções	**(720.313)**	(707.689)	**(720.313)**	(707.774)
Valor adicionado líquido produzido	**5.045.300**	4.475.601	**5.173.697**	4.594.851
Resultado de equivalência patrimonial	**66.781**	35.132	**-**	-
Receitas financeiras	**400.762**	406.905	**323.904**	320.739
Valor adicionado recebido em transferência	**467.543**	442.037	**323.904**	320.739
Valor adicionado total a distribuir	**5.512.843**	4.917.638	**5.497.601**	4.915.590
Pessoal e encargos	**1.073.269**	1.006.983	**1.084.220**	1.019.973
Remuneração direta	**785.508**	757.883	**794.159**	768.077
Benefícios	**178.852**	152.174	**180.102**	152.950
F.G.T.S.	**65.587**	60.749	**66.184**	61.188
Outros	**43.322**	36.177	**43.775**	37.758
Impostos, Taxas e contribuições	**2.922.397**	2.573.830	**2.968.507**	2.603.145
Federais	**1.027.617**	849.856	**1.073.280**	876.943
Estaduais	**1.831.393**	1.660.780	**1.830.713**	1.662.019
Municipais	**63.387**	63.194	**64.514**	64.183
Remuneração de capitais de terceiros	**930.088**	884.348	**857.787**	839.994
Aluguéis	**242.450**	229.773	**242.450**	229.773
Despesas financeiras	**687.638**	654.575	**615.337**	610.221
Remuneração de capitais próprios	**587.089**	452.477	**587.087**	452.478
Lucros retidos	**429.089**	336.033	**429.089**	336.033
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	**158.000**	116.444	**158.000**	116.444
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	**-**	-	**(2)**	1
Distribuição do valor adicionado	**5.512.843**	4.917.638	**5.497.601**	4.915.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como "C&A", desempenham atividades preponderantes que englobam:

Comercialização no Varejo:

I. Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens.

Serviços Financeiros:

I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras.
II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais.
III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos.
IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados.

A C&A realiza suas vendas por meio de 340 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2024) e comércio online abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

1.1. Transações e eventos significativos

1.1.1. Alienação dos direitos da carteira do cartão bandeirado Bradescard

Em 23 de junho de 2025, a Companhia celebrou o Termo de Transação e Encerramento do Contrato de Parceria com o Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A., através do qual encerrou a parceira mantida entre as partes desde 2009. Nos termos de referido documento a Companhia alienou os direitos relacionados à carteira do cartão bandeirado Bradescard, pelo montante de R$170.000. Esse valor foi registrado, como outras receitas operacionais líquido de impostos.

Na mesma data, a Companhia quitou os valores devidos ao Banco Bradesco S.A., referentes à recompra dos direitos de ofertar produtos e serviços financeiros aos seus clientes, os quais eram explorados exclusivamente pelo Banco Bradesco S.A. e Banco Bradescard S.A.. O montante de R$650.648 estava registrado na conta de fornecedores e o vencimento original era 31 de julho de 2025 (nota 17.2).

1.1.2. Reforma tributária

A Companhia vem acompanhando as discussões e a evolução da Reforma Tributária aprovada, que promove alterações relevantes na sistemática de tributação sobre o consumo no Brasil. Contudo, considerando que, até a presente data, a regulamentação infraconstitucional ainda não foi concluída, bem como os prazos de transição previstos para a implementação do novo modelo, a Administração avaliou que não há impactos mensuráveis ou que demandem reconhecimento ou divulgação específica nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025. Os potenciais impactos contábeis, financeiros e operacionais decorrentes da Reforma Tributária somente poderão ser adequadamente avaliados quando da conclusão do processo de regulamentação e da definição final das regras aplicáveis, incluindo alíquotas, regimes de créditos e demais aspectos operacionais.

A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e procederá à avaliação dos eventuais efeitos nas demonstrações financeiras de períodos futuros, quando houver elementos suficientes para tal mensuração.

1.1.3. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu uma reforma na política de incentivos fiscais federais, abrangendo diversos setores econômicos. A norma introduziu a redução linear de benefícios fiscais e reforçou critérios de governança, temporalidade e avaliação para concessão e manutenção de incentivos. Adicionalmente, a legislação majorou as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicáveis para fintechs, instituições financeiras e demais entidades a elas equipadas, com vigência a partir de 01 de abril de 2026.

No caso das Sociedades de Crédito Direto (SCDs), a LC 224/2025 estabeleceu a majoração da alíquota da CSLL, de forma escalonada, conforme segue:

- 12% no período de 01/04/2026 e 31/12/2027;
- 15% a partir de 01/01/2028.

Apesar da majoração da CSLL, não se espera impacto relevante para a Companhia, uma vez que a SCD C&A Pay não apresenta geração significativa de lucro, tornando o efeito fiscal estimado pouco material no resultado.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da C&A referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da C&A, conforme Orientação Técnica OCPC07.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração e pressuposto de continuidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações das sociedades consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, de suas controladas e do fundo de investimento FIDC C&A Pay, tendo em vista que a C&A Modas é a única titular das cotas e está exposta aos riscos e benefícios do fundo.

O exercício social das controladas é o mesmo da Controladora e as práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme. Todas as transações são totalmente eliminadas na consolidação.

	Controladas Diretas		Controladas Indiretas	Fundo de Investimento
Participação	**Orion**	**C&A Pay Holding**	**C&A Pay SCD**	**C&A Pay FIDC**
2025	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%
2024	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%

2.4. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado - aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pela C&A durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas são:

(a) determinação de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
(b) análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível;
(c) perdas estimadas de créditos;
(d) perdas estimadas em estoques;
(e) realização do imposto de renda e contribuição social diferidos;
(f) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de ativos e passivos;
(g) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
(h) determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
(i) provisão para restauração de lojas à sua condição original;
(j) incentivos de curto e longo prazo – estimativa de atingimento de metas e precificação considerando modelos matemáticos;
(k) determinação das taxas de juros incrementais e prazo dos contratos a serem utilizadas para efetuar a contabilização dos fluxos de caixa de passivos de arrendamento.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que não apresentam impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(a) Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Separadas e Consolidadas

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3), alinhando as normas brasileiras aos padrões do IASB, visando garantir consistência e transparência nas práticas contábeis, além de alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais. Essa norma não apresentou impacto em nossas demonstrações, uma vez que já aplicávamos essa metodologia.

(b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Revisão de Pronunciamento Técnico 27, que apresenta alterações ao CPC 02 (R2) e ao CPC 37 (R1), especificando avaliação de conversibilidade de moeda, determinação da taxa à vista e divulgações correlatas. Não houve impacto em nossas demonstrações.

(c) Emenda OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (*allowances*) e Créditos de Descarbonização (CBIO)

A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as Companhias abertas a orientação do OCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.

A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não houve impactos nas divulgações da Companhia.

3.2. Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes

(a) CBPS 1/ IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

A norma tem como objetivo exigir que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de forma a fornecer dados relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, apoiando a tomada de decisões quanto ao fornecimento de recursos à entidade.

(b) CBPS 2 / IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima

Esta norma tem como objetivo estabelecer requisitos para a identificação, mensuração e divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima. Essas informações devem ser úteis aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, auxiliando na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

A Companhia está se preparando para o cumprimento antecipado da divulgação das informações relacionadas as normas CBPS 1 e CPBS 2, com publicação em 2026.

(c) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

A norma tem como objetivo aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, com ênfase especial na demonstração do resultado, ao exigir a classificação das receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas.

Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração — subtotais de receitas e despesas que não estão especificados na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC — mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade.

A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas explicativas.

A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração.
Não existem normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

4.1. Instrumentos financeiros - Política contábil

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros.

4.1.1. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. Na C&A estão classificados em:

I.Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração

subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos

II. Valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de *swap* que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira.

III. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"). Também contempla as aplicações em títulos públicos mantidas como disponíveis para venda ou recebimento de juros contratuais. A C&A adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros.

4.1.2. Categorias de instrumentos financeiros e seus valores

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de mensuração são apresentados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos

(b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

(c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4.1.3. Instrumentos financeiros e valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros da C&A foi avaliado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos.

A C&A não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Dessa forma, não são apresentadas divulgações adicionais relacionadas a esse nível, uma vez que não há utilização de premissas não observáveis na mensuração de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

			Controladora				Consolidado			
			2025		2024		2025		2024	
	Nota	Nível	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil
Ativos financeiros										
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	**748.512**	**748.512**	1.262.270	1.262.270	**774.521**	**774.521**	1.403.225	1.403.225
Contas a receber	7	Nível 2	**962.127**	**962.127**	1.076.795	1.076.795	**1.753.283**	**1.753.283**	1.862.821	1.862.821
Depósitos judiciais	20	Nível 2	**91.358**	**91.358**	144.935	144.935	**91.360**	**91.360**	144.940	144.940
Subtotal			**1.801.997**	**1.801.997**	2.484.000	2.484.000	**2.619.164**	**2.619.164**	3.410.986	3.410.986
Valor justo por meio do resultado										
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 1	**-**	**-**	-	-	**76.159**	**76.159**	10.374	10.374
FIDC C&A Pay	7	Nível 2	**757.850**	**757.850**	854.604	854.604	**-**	**-**	-	-
Derivativos	-	Nível 2	**-**	**-**	6.551	6.551	**-**	**-**	6.551	6.551
Subtotal			**757.850**	**757.850**	861.155	861.155	**76.159**	**76.159**	16.925	16.925
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Aplicações financeiras	6	Nível 1	**-**	**-**	-	-	**192.695**	**192.695**	158.936	158.936
Derivativos	-	Nível 2	**2.552**	**2.552**	18.255	18.255	**2.552**	**2.552**	18.255	18.255
Subtotal			**2.552**	**2.552**	18.255	18.255	**195.247**	**195.247**	177.191	177.191
Total dos ativos			**2.562.399**	**2.562.399**	3.363.410	3.363.410	**2.890.570**	**2.890.570**	3.605.102	3.605.102

			Controladora				Consolidado			
			2025		2024		2025		2024	
	Nota	Nível	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil	Valor Justo	Saldo contábil
Passivos financeiros										
Custo amortizado										
Arrendamento mercantil	15	Nível 2	**(1.780.243)**	**(1.780.243)**	(1.826.876)	(1.826.876)	**(1.780.243)**	**(1.780.243)**	(1.826.876)	(1.826.876)
Fornecedores	16	Nível 2	**(1.739.341)**	**(1.739.341)**	(2.227.618)	(2.227.618)	**(1.746.037)**	**(1.746.037)**	(2.239.504)	(2.239.504)
Empréstimos e debêntures	17	Nível 2	**(918.802)**	**(960.472)**	(1.495.693)	(1.498.013)	**(918.802)**	**(960.472)**	(1.495.693)	(1.498.013)
Subtotal			**(4.438.386)**	**(4.480.056)**	(5.550.187)	(5.552.507)	**(4.445.082)**	**(4.486.752)**	(5.562.073)	(5.564.393)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Derivativos	-	Nível 2	**(1.760)**	**(1.760)**	(319)	(319)	**(1.760)**	**(1.760)**	(319)	(319)
Subtotal			**(1.760)**	**(1.760)**	(319)	(319)	**(1.760)**	**(1.760)**	(319)	(319)
Total dos passivos			**(4.440.146)**	**(4.481.816)**	(5.550.506)	(5.552.826)	**(4.446.842)**	**(4.488.512)**	(5.562.392)	(5.564.712)

4.2. Gerenciamento de riscos financeiros

Em função de suas atividades, a C&A está exposta a determinados riscos financeiros, dentre os quais se destacam os:

I. mercado, incluindo risco cambial e risco de taxa de juros;
II. crédito e;
III. liquidez.

Esses riscos são avaliados e gerenciados de forma contínua e sistemática, em conformidade com os limites, diretrizes e procedimentos estabelecidos nas políticas financeiras da Companhia, com o objetivo de mitigar eventuais impactos adversos sobre sua posição financeira, fluxo de caixa e resultados.

Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção do fluxo de caixa contra descasamento.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. A Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa e moedas;

4.2.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e outros ativos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e patrimoniais e instrumentos financeiro derivativos.

4.2.1.1. Risco de taxa de juros

A C&A está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros, o que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo e seus passivos financeiros indexados ao CDI.

A C&A busca manter iguais os indexadores de taxa de juros de seus ativos e passivos, de forma a reduzir o impacto do risco de variação da taxa de juros. Hoje, 100% das operações estão no mercado de créditos e capitais, predominantemente em instrumentos de renda fixa e indexados ao CDI.

A Administração analisa continuamente a exposição às taxas de juros, comparando as taxas contratadas às vigentes no mercado e simulando cenários de refinanciamento e calculando o impacto sobre o resultado.

Foram realizados testes considerando cenários para a próxima divulgação com o objetivo de demonstrar o efeito da oscilação desse indexador no resultado. Os juros do cenário provável foram obtidos das taxas referenciais do site B3 em 31 de dezembro de 2025 (CDI anualizado 13,81%).

		Controladora						
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	**Saldo em 2025**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário possível + 25%**	**Cenário remoto + 50%**	**Cenário possível - 25%**	**Cenário remoto - 50%**
Aplicações financeiras	Baixa CDI	703.492	CDI (i)	93.440	116.800	140.160	70.080	46.720
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(960.472)	CDI (i)	(147.817)	(184.771)	(221.725)	(110.862)	(73.908)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**(256.980)**		**(54.377)**	**(67.971)**	**(81.565)**	**(40.782)**	**(27.188)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(35.889)**	**(44.861)**	**(53.833)**	**(26.916)**	**(17.944)**

		Consolidado						
					Aumento nos Juros		Queda nos juros	
	Risco	**Saldo em 2025**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário possível + 25%**	**Cenário remoto + 50%**	**Cenário possível - 25%**	**Cenário remoto - 50%**
Aplicações financeiras	Baixa CDI	994.548	CDI (i)	131.624	164.530	197.436	98.718	65.812
Empréstimos e debêntures	Alta CDI	(960.472)	CDI (i)	(147.817)	(184.771)	(221.726)	(110.863)	(73.908)
Exposição líquida/Efeito resultado antes IR/CS		**34.076**		**(16.193)**	**(20.241)**	**(24.290)**	**(12.145)**	**(8.096)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS				**(10.687)**	**(13.359)**	**(16.031)**	**(8.016)**	**(5.343)**

A receita financeira, está demonstrada líquida de PIS e COFINS (4,65%), e considera-se um rendimento médio de 100,84% do CDI (2024: 100,23%) para a controladora e 100,51% (2024: 100,10%) do CDI no consolidado. Para os empréstimos e debêntures, considera-se 111,46% do CDI (2024: 117,19%).

4.2.1.2. Risco cambial

O risco cambial existe nas operações comerciais futuras geradas, principalmente, por importações de mercadorias e de empréstimos contratados no exterior denominadas em dólar norte-americano. As diretrizes de gestão de risco cambial são definidas pela Administração da C&A e, posteriormente, submetidas para análises e apreciação pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças.

Importação de mercadoria: A C&A se protege de oscilações cambiais do saldo a liquidar de suas importações por meio da contratação de *Non Deliverable Forwards* (NDF's) para as compras altamente prováveis previstas em orçamento. A contratação baseada no valor FOB das mercadorias delimita a exposição cambial e seu efeito sobre a composição de preços. No

momento de nacionalização das compras incidem tributos que não pertencem ao objeto de hedge definido na contratação da NDF.

No quadro abaixo, destacamos a exposição sobre a variação cambial relacionada aos pedidos emitidos não cobertos pelo instrumento de *hedge* e aos impostos não recuperáveis no desembaraço das mercadorias para os quais a C&A não está protegida. A C&A demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% a 50% indicando a deterioração da situação financeira da C&A mediante o incremento nas taxas de câmbio do dólar.

A taxa de câmbio em dólar utilizada na análise de sensibilidade foi retirada do relatório FOCUS divulgado pelo Bacen em 31 de dezembro de 2025. A estimação dos cenários foi adotada conforme a instrução CVM nº 475/08.

			Cenários		
	Risco	**Nocional USD (Pagar)Receber**	**Provável USD1 = R$5,50**	**Possível +25% USD1 = R$ 6,88**	**Remoto + 50% USD1 = R$ 8,25**
Objeto de Hedge					
Pedidos de compra de mercadorias importadas e importação em andamento	Alta do dólar	(83.274)	200	(114.719)	(228.806)
Pagamento de mercadorias importadas	Alta do dólar	(23.814)	57	(32.805)	(65.430)
Instrumento de Hedge					
NDF	Baixa do dólar	54.507	(130)	75.089	149.764
Exposição líquida de pedidos de importação		**(52.581)**	**127**	**(72.435)**	**(144.472)**
Impostos não recuperáveis - 36% (a)		(29.979)	72	(41.299)	(82.370)
Exposição líquida total		**(82.560)**	**199**	**(113.734)**	**(226.842)**
Efeito no resultado líquido de IR/CS		**(54.490)**	**131**	**(75.064)**	**(149.716)**

USD em 31/12/2025 = R$5,5024

(a) O percentual de 36% de impostos não recuperáveis sobre as NDFs foi determinado conforme os percentuais de imposto de importação (35%, em média) e sobre o percentual não recuperável de COFINS sobre importação (1%).

Instrumentos financeiros derivativos - Designados para *hedge accounting*

A C&A utiliza instrumentos financeiros derivativos visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira. Contrata operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos; e por isso os designa como *hedge* de fluxo de caixa.

A parcela efetiva e não liquidada da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado. Isso ocorre em dois momentos: na nacionalização da mercadoria e na liquidação dos instrumentos financeiros. Nesses momentos, os ganhos e perdas

previamente diferidos no patrimônio são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo e no resultado financeiro, respectivamente.

2025						
Contrato	**Taxas contratadas**		**Vencimento**	**Valor de referência (nocional) - USD**	**Valor justo**	
	Ativo	**Passivo**			**Ativo**	**Passivo**
NDF	USD	BRL	01/2026	10.451	322	(898)
NDF	USD	BRL	02/2026	8.673	489	(520)
NDF	USD	BRL	03/2026	10.401	558	(284)
NDF	USD	BRL	04/2026	10.436	339	-
NDF	USD	BRL	05/2026	10.303	636	(51)
NDF	USD	BRL	06/2026	4.243	208	(7)
Total NDF				**54.507**	**2.552**	**(1.760)**

2024						
Contrato	**Taxas contratadas**		**Vencimento**	**Valor de referência (nocional) - USD**	**Valor justo**	
	Ativo	**Passivo**			**Ativo**	**Passivo**
NDF	USD	BRL	01/2025	10.217	5.460	-
NDF	USD	BRL	02/2025	6.668	3.447	-
NDF	USD	BRL	03/2025	7.436	4.766	-
NDF	USD	BRL	04/2025	8.504	2.315	(137)
NDF	USD	BRL	05/2025	4.228	1.795	(52)
NDF	USD	BRL	06/2025	3.150	472	(129)
Total NDF				**40.203**	**18.255**	**(319)**

4.2.2. Risco de crédito

I. **Caixa e equivalentes de caixa**: De acordo com a política da C&A, caixas e equivalentes de caixa devem ser aplicados em instituições financeiras classificadas com baixo risco de crédito.

II. **Recebíveis:** a C&A possui um cartão próprio chamado de C&A Pay o qual é operado pela controlada SCD – C&A Pay. A SCD cede os recebíveis ao FIDC – C&A Pay, o qual possui como única cotista a C&A Modas (ver Nota 7).

As perdas esperadas das operações do C&A Pay são constituídas pela C&A com base nos estudos internos para mensuração dos percentuais de perda de acordo com os estágios e com o tempo de atraso, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva de cada faixa de atraso.
Essas estimativas e metodologias poderão ser revisadas para adequar os níveis de estimativa de perda de forma que reflita alterações no cenário macroeconômico e/ou mudanças no perfil dos clientes.

O risco de crédito das demais operações da C&A é minimizado à medida que os ativos representados pelos recebíveis da venda de mercadoria e serviços são intermediados por empresas administradoras de cartão de crédito e o risco é integralmente delas.

A Administração considera que as estimativas utilizadas na provisão para as perdas esperadas são suficientes para cobrir eventuais perdas de créditos da carteira de clientes.

4.2.3. Risco de liquidez

Com base no ciclo de caixa da operação, a Administração aprovou uma política de caixa mínimo com o objetivo de:

I. Se precaver em momentos de incerteza;
II. Assegurar a execução da estratégia de investimentos e expansão; e
III. Observar a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da C&A para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, os planos de investimentos e as obrigações financeiras.

A C&A investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros pós-fixados e com liquidez diária (CDBs de instituições financeiras, operações compromissadas e fundos de investimento de crédito privado que se enquadram na política de investimento aprovada pela Administração).

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento dos passivos financeiros consolidados da C&A:

Em 31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Valor contratado	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Arrendamento mercantil	(1.780.243)	(2.456.485)	(547.966)	(453.815)	(952.318)	(502.386)
Empréstimos	(960.472)	(1.222.473)	(230.340)	(622.641)	(369.492)	-
Fornecedores	(1.324.832)	(1.324.832)	(1.324.832)	-	-	-
Obrigações de risco sacado	(421.205)	(421.205)	(421.205)	-	-	-
Total	**(4.486.752)**	**(5.424.995)**	**(2.524.343)**	**(1.076.456)**	**(1.321.810)**	**(502.386)**

4.3. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da C&A é assegurar que se mantenha uma estrutura de financiamento de suas operações.

A C&A administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada essa estrutura, a C&A pode efetuar pagamentos de dividendos e captar empréstimos.

Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida sem Passivo de Arrendamento	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Empréstimos e debêntures de curto e longo prazo	**960.472**	1.498.013	**960.472**	1.498.013
Caixa e equivalentes de caixa	**(748.512)**	(1.262.270)	**(774.521)**	(1.403.225)
Aplicações financeiras		-	**(268.854)**	(169.310)
Dívida (caixa) líquida	**211.960**	235.743	**(82.903)**	(74.522)
Participação de acionistas não controladores	**-**	-	**2**	4
Total do patrimônio líquido	**3.707.054**	3.308.484	**3.707.056**	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	**6%**	7%	**-2%**	-2%

Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia seria:

	Controladora		Consolidado	
Dívida Líquida com Passivo de Arrendamento	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Dívida (caixa) líquida sem passivo de arrendamento	**211.960**	235.743	**(82.903)**	(74.522)
Passivo de arrendamento	**1.780.243**	1.826.876	**1.780.243**	1.826.876
Dívida líquida ajustada	**1.992.203**	2.062.619	**1.697.340**	1.752.354
Total do patrimônio líquido	**3.707.054**	3.308.484	**3.707.056**	3.308.488
Índice de alavancagem financeira	**54%**	62%	**46%**	53%

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A C&A considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da transação.

5.2. Composição de caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e bancos		**45.020**	29.247	**48.827**	151.656
Equivalentes de caixa:					
Conta remunerada	**2% a 10 % do CDI**	**8.656**	75.993	**8.692**	76.037
Certificado de depósito bancário (*)	**96% a 103% do CDI**	**694.836**	1.157.030	**717.002**	1.175.532
		748.512	1.262.270	**774.521**	1.403.225

(*) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's"), podem ser resgatados a qualquer momento com o próprio emissor do instrumento sem perda da remuneração contratada.

6. Títulos e valores mobiliários

6.1. Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, com liquidez apenas no mercado secundário e são mensuradas de acordo com a intenção de uso da C&A.

6.2. Composição dos títulos e valores mobiliários

			Controladora		Consolidado	
	Indexador	Taxa	2025	2024	2025	2024
LFT- Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	**-**	-	**199.600**	160.704
FIDC – C&A Pay		100%	**757.850**	854.604	**-**	-
Fundo de investimento renda fixa			**-**	-	**69.254**	8.606
			757.850	854.604	**268.854**	169.310
Ativo circulante			**-**	-	**268.854**	169.310
Ativo não circulante			**757.850**	854.604	**-**	-

6.3. FIDC C&A Pay

Em 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:

	2025		2024	
	FIDC	FIDC ajustado (a)	FIDC	FIDC ajustado (a)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**2.641**	**2.641**	117.035	117.035
Aplicações financeiras	**76.158**	**76.158**	10.374	10.374
Contas a receber	**872.198**	**745.663**	868.190	775.288
Outros créditos	**3.987**	**3.987**	8.407	8.407
Total do ativo	**954.984**	**828.449**	1.004.006	911.104
Passivo e patrimônio líquido				
Contas a pagar	**77.413**	**70.599**	62.793	56.499
Patrimônio líquido	**877.571**	**757.850**	941.213	854.604
Total do passivo e do patrimônio líquido	**954.984**	**828.449**	1.004.006	911.103

(a) Os ajustes de consolidação são compostos pela eliminação da diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do deságio na operação de cessão de recebíveis entre C&A PAY e o FIDC.

7. Contas a receber

7.1. Política contábil

As contas a receber são apresentadas pelos seus valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas calculadas conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48. Esses saldos compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e por meio do cartão digital próprio disponibilizado via C&A Pay.

As vendas a prazo são ajustadas a valor presente na data-base das demonstrações financeiras, utilizando taxas de mercado que refletem o spread de risco da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média aplicada foi de 1,17% a.m. (2024: 0,98% a.m.), e a realização do ajuste é reconhecida como receita de vendas.

A C&A mensura as perdas de créditos esperadas (PECLD) com base no modelo simplificado do CPC 48, que não considera a avaliação de risco e crédito cliente a cliente, ao invés disto considera a carteira de massa baseado em dados históricos, projeções econômicas, avaliação contínua do risco e estimativas futuras de comportamento de crédito, reconhecendo-as ao longo da vida dos ativos financeiros.

A metodologia abrange tanto os saldos ativos quanto os limites de crédito não utilizados. Créditos vencidos sem expectativa de recuperação são baixados como prejuízo (*write-off*) a partir de 721 dias de inadimplência, com reversão das provisões previamente constituídas.

No âmbito das renegociações de crédito, a C&A aplica políticas específicas para clientes com dificuldade de pagamento, ajustando os termos conforme o perfil de crédito. As operações renegociadas são classificadas no estágio 3 da carteira de recebíveis, impactando o provisionamento de perdas esperadas. Nesses casos, a mensuração passa a considerar o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado.

7.2. Composição das contas a receber

A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadoras de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Operadoras de cartão	**875.801**	997.842	**875.801**	997.842
Cartão C&A Pay – partes relacionadas (a)	**77.722**	53.276	**-**	-
Cartão C&A Pay – terceiros	**-**	-	**1.214.130**	1.225.708
Ajuste a valor presente	**(12.317)**	(13.686)	**(33.230)**	(28.587)
Perdas de crédito esperadas	**(371)**	(2.693)	**(324.162)**	(377.040)
Contas a receber - clientes	**940.835**	1.034.739	**1.732.539**	1.817.923
Contas a receber - parceiros de negócios	**21.292**	54.152	**20.744**	56.994
Perdas de crédito esperadas	**-**	(12.096)	**-**	(12.096)
Outras contas a receber	**21.292**	42.056	**20.744**	44.898
Total das contas a receber	**962.127**	1.076.795	**1.753.283**	1.862.821

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartilhamentos de despesas.

Durante 2025, a C&A Modas antecipou R$ 2.625.939 (R$2.342.066 em 2024) em recebíveis com a C&A Pay SCD, gerando custo financeiro de R$ 69.199 (R$44.720 em 2024).

As taxas das operações variaram de 1,04% a 1,25% ao mês (ante 0,91% a 1,05% a.m. em 2024). Os encargos foram registrados como despesa financeira na C&A Modas e como receita financeira na C&A Pay SCD.

7.2.1. Movimentação das perdas estimadas em crédito

A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(14.789)**	**(389.136)**
(-) Constituição	(91)	(124.756)
(+) Baixa	14.509	189.730
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(371)**	**(324.162)**
Estimativa de perda C&A Pay	***-***	***(323.791)***
Estimativa de outras perdas	***(371)***	***(371)***

No exercício de 2025 o C&A PAY FIDC realizou cessões de recebíveis de cartão de crédito, referente a operações já baixadas (superiores a 720 dias de atraso), no valor de R$97.145 ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II, e no valor de R$83.328 ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL VI, resultando em uma recuperação de perdas de R$7.636 registrados na rubrica "Perdas em créditos, líquida" na demonstração de resultado.

7.3. C&A Pay

7.3.1. Composição da carteira por faixa de vencimento e perda estimada por estágio

A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito do C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

Composição da carteira por faixa de vencimento

	FIDC C&A Pay	
	2025	**2024**
Até 30 dias	**283.074**	281.547
De 31 a 90 dias	**341.958**	334.024
Acima de 90 dias	**236.401**	202.956
A vencer	**861.433**	**818.527**
Até 30 dias	**14.956**	18.968
De 31 a 90 dias	**24.925**	36.381
Acima de 90 dias	**312.816**	351.832
Vencidos	**352.697**	**407.181**
Total	**1.214.130**	**1.225.708**

7.3.2. Gerenciamento de riscos de perda de crédito

A C&A adota uma política de concessão de crédito alinhada às diretrizes de governança e gestão do portifólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê executivo de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação destes fatores proporcionou no exercício de 2025 um recebimento total de R$ 85.213 provenientes de operações inadimplentes, mas ainda em carteira ativa entre 61 e 720 dias de atraso (R$ 88.768 no exercício de 2024).

Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo as operações da C&A dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos.

7.3.3. Estágios e componentes das perdas esperadas em operações de crédito

As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito classificadas por estágio, que representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos.

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Inferior a 30 dias de atraso	**Atraso de 31 até 90 dias**	**Atraso acima de 90 dias**
Correspondente a operações de crédito classificadas como adimplentes, com inadimplência inferior a 30 dias, ou que não apresentaram relevantes riscos de crédito em seu reconhecimento inicial.	Corresponde a operações de crédito com inadimplência entre 30 e 90 dias ou ativos caracterizados com significativo risco em seu reconhecimento inicial.	Correspondente a operações de crédito com inadimplência superior a 90 dias, caracterizados como ativos problemáticos, refletindo maiores níveis de coberturas de risco.

Perda Esperada = PD x EAD x LGD

Expected Credit Loss (ECL) — *Probability of Default* — *Exposure at Default* — *Loss Given Default*

- ✓ Probabilidade de Inadimplência (PD): Refere-se à probabilidade de que um devedor não consiga cumprir suas obrigações financeiras em um determinado período.
- ✓ Exposição no Momento da Inadimplência (EAD): Refere-se ao valor monetário que estará exposto quando ocorrer o default, incluindo o saldo principal, juros acumulados, saldos disponíveis ainda não utilizados.
- ✓ Perda Dada a Inadimplência (LGD): Refere-se expectativa de perda após caracterizada a inadimplência, considerando um percentual específico sobre o valor total do ativo problemático.

7.3.4. Composição da perda estimada por estágio

Perda estimada por estágio

	C&A Pay				
	2025				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
Cartão de crédito C&A Pay (*Private Label*)	**A Vencer**	**Vencida**	**Total**		
Estágio 1	843.010	12.389	855.399	20.995	2,45%
Estágio 2	12.109	23.281	35.390	12.091	34,16%
Estágio 3 - *Até 360 dias*	6.314	140.485	146.799	119.530	81,42%
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	-	176.542	176.542	171.020	96,87%
Saldo carteira ativa (*on balance*)	861.433	352.697	1.214.130	323.636	26,67%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			788.743	155	0,02%
Total Geral			2.002.873	323.791	16,17%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					26,68%

	C&A Pay				
	2024				
	Carteira			Perda estimada	% Cobertura
Cartão de crédito C&A Pay (Private Label)	**A Vencer**	**Vencida**	**Total**		
Estágio 1	789.854	14.201	804.055	22.396	2,79%
Estágio 2	13.135	32.440	45.575	14.139	31,02%
Estágio 3 - *Até 360 dias*	15.538	179.045	194.583	160.509	82,49%
Estágio 3 - *Acima de 360 dias*	-	181.495	181.495	177.159	97,61%
Saldo carteira ativa (*on balance*)	818.527	407.181	1.225.708	374.203	30,53%
Limite de crédito disponível (Off Balance)			730.883	144	0,02%
Total Geral			1.956.591	374.347	19,13%
Índice de cobertura sobre carteira de crédito					30,54%

8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo da mercadoria vendida. A reversão do ajuste a valor presente é apropriada como despesa financeira. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

A estimativa para perda nos estoques é constituída baseada em dados históricos com furtos de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados anualmente.

Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrem.

8.2. Composição dos estoques

	Controladora e Consolidado	
	2025	**2024**
Mercadorias para revenda	**1.121.082**	995.293
Estoque de matéria prima	**1.133**	-
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	**4.291**	1.860
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	**57**	76
Ajuste a valor presente	**(30.112)**	(20.145)
Perdas estimadas	**(53.491)**	(43.180)
	1.042.960	933.904
Importações em andamento	**111.906**	98.327
	1.154.866	1.032.231

8.3. Movimentação das perdas estimadas

Movimentação do exercício:	**Controladora e Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.768
(+) Perdas estimadas	95.406
(-) Baixa por utilização	(93.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.180
(+) Perdas estimadas	**106.127**
(-) Baixa por utilização	**(95.816)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**53.491**

A C&A realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivadas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivadas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

9. Tributos a recuperar

9.1. Política contábil

São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais da C&A, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

9.2. Composição dos tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
PIS/COFINS ações judiciais	**763.700**	804.944	**763.700**	804.944
PIS/COFINS corrente	**183.294**	483.947	**183.294**	483.947
ICMS corrente	**163.534**	114.458	**163.534**	114.458
ICMS ações judiciais	**110.761**	107.560	**110.761**	107.560
IR/CS - Imposto de renda e contribuição social	**101.257**	61.390	**109.312**	61.390
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	**19.063**	20.269	**19.680**	20.738
Outros (a)	**10.627**	5.009	**10.627**	5.009
	1.352.236	1.597.577	**1.360.908**	1.598.046
Ativo circulante	**560.872**	469.885	**569.544**	470.354
Ativo não circulante	**791.364**	1.127.692	**791.364**	1.127.692

a) Refere-se, substancialmente, a créditos previdenciários.

9.2.1. Expectativa de realização dos tributos a recuperar

Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar, apresenta a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2025:

Ano	**Controladora**	**Consolidado**
2026	560.872	569.544
2027	380.756	380.756
2028	255.680	255.680
2029	137.649	137.649
2030 a 2031	17.279	17.279
Total	**1.352.236**	**1.360.908**
Ativo circulante	**560.872**	**569.544**
Ativo não circulante	**791.364**	**791.364**

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

9.2.2. PIS/COFINS ações judiciais

	Controladora e Consolidado	
	2025	**2024**
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (a)	**337.463**	396.179
Ação Judicial Zona Franca de Manaus (b)	**161.287**	167.646
Ação Judicial Lei do Bem (c)	**177.234**	163.884
ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS (d)	**87.716**	77.235
	763.700	804.944

Movimentações:

	2025	2024
Saldo inicial	**804.944**	664.919
(-) Compensações	**(110.799)**	(144.888)
(+) Reconhecimento do principal	**7.853**	122.190
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	**61.702**	162.723
Saldo final	**763.700**	804.944

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS
A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgado em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. O saldo da primeira ação foi integralmente compensado em outubro de 2025.

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM)
Em 30 de novembro de 2020, ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM à exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de fruição do benefício do REINTEGRA.

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem
Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de *smartphones* produzidos no país até 31 de dezembro de 2018.

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS
Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis, aguardando o trânsito em julgado dos processos.

9.2.3. Créditos relativos ao ICMS

(a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica

Em dezembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia avalia como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$93.582 (R$87.201 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL – venda consumidor final não contribuinte do ICMS

Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS – DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R$19.134 (R$17.476 em 31 de dezembro de 2024).

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Política contábil

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação.

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079, que instituiu o Adicional da CSLL com o objetivo de adequar a legislação brasileira às Regras GloBE, alinhando o país ao Pilar 2 do Projeto BEPS da OCDE, cuja diretriz estabelece uma alíquota mínima global de 15% para grupos multinacionais com faturamento anual superior a € 750 milhões.
A Companhia não foi impactada pelas normas relacionadas ao Pilar 2, uma vez que sua alíquota efetiva consolidada no exercício foi de 19%, permanecendo, portanto, acima do patamar mínimo estabelecido pelas referidas regras.

A Administração exerce julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

10.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos

		Controladora		
		Aumento/(Redução)		
	Saldo em 2024	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	**(38.072)**	**-**	**342.804**
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	**(35.885)**	**-**	**62.719**
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	**19.053**	**-**	**38.851**
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	**(3.345)**	**-**	**2.495**
Provisão para participação no lucro	33.841	**(9.021)**	**-**	**24.820**
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	**4.732**	**-**	**109.477**
Ajustes a valor justo	-	**1.539**	**-**	**1.539**
Realização deságio FIDC	16.091	**17.504**	**-**	**33.595**
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	**(8.289)**	**-**	**-**
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	**5.504**	**-**	**12.674**
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	**1.135**	**-**	**13.985**
Outras (a)	51.050	**3.153**	**3.493**	**57.696**
Ativo fiscal diferido	739.154	**(41.992)**	**3.493**	**700.655**
Créditos extemporâneos	(181.402)	**17.908**	**-**	**(163.494)**
Ajustes a valor presente	(10.945)	**3.205**	**-**	**(7.740)**
Ajustes a valor justo	(2.227)	**2.227**	**-**	**-**
Passivo fiscal diferido	(194.574)	**23.340**	**-**	**(171.234)**
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	544.580	**(18.652)**	**3.493**	**529.421**

		Consolidado		
		Aumento/(Redução)		
	Saldo em 2024	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2025
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	**(38.072)**	**-**	**342.804**
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	99.637	**(36.209)**	**-**	**63.428**
Provisão para perda de estoques e contas a receber	21.014	**18.839**	**-**	**39.853**
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	**(3.345)**	**-**	**2.495**
Provisão para participação no lucro	34.470	**(9.123)**	**-**	**25.347**
Arrendamentos CPC 06 (R2	104.745	**4.732**	**-**	**109.477**
Ajustes a valor justo	-	**1.539**	**-**	**1.539**
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	**(8.289)**	**-**	**-**
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	**5.504**	**-**	**12.674**
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	**1.135**	**-**	**13.985**
Outras (a)	51.050	**2.984**	**3.663**	**57.697**
Ativo fiscal diferido	725.941	**(60.305)**	**3.663**	**669.299**
Créditos extemporâneos	(181.402)	**17.908**	**-**	**(163.494)**
Ajustes de consolidação	(1.226)	**(7.091)**	**-**	**(8.317)**
Ajustes a valor presente	(10.945)	**3.205**	**-**	**(7.740)**
Ajustes a valor justo	(2.227)	**2.227**	**-**	**-**
Passivo fiscal diferido	(195.800)	**16.249**	**-**	**(179.551)**
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	530.141	**(44.056)**	**3.663**	**489.748**

(a) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios, honorários advocatícios e marcação a mercado de derivativos.

			Controladora		
			Aumento/(Redução)		
	Nota	Saldo em 2023	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2024
Prejuízos fiscais e bases negativas		382.412	(1.536)		380.876
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		97.764	840		98.604
Provisão para perda de estoques e contas a receber		21.360	(1.562)	-	19.798
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso		5.113	727	-	5.840
Provisão para participação no lucro		22.038	11.803	-	33.841
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16		98.754	5.991	-	104.745
Ajustes a valor justo		-	(2.227)		(2.227)
Perdas de créditos esperadas FIDC		7.173	1.116	-	8.289
Ajuste a valor presente FIDC		4.763	303	-	5.066
Plano de remuneração baseado em ações		13.383	(6.214)	-	7.170
Provisão encerramento de Lojas		9.719	3.131	-	12.850
Outras	(a)	54.127	17.215	(4.201)	67.141
Ativo fiscal diferido		716.606	29.587	(4.201)	741.993
Créditos extemporâneos		(157.603)	(23.799)	-	(181.402)
Ajustes a valor presente		(12.388)	(3.623)	-	(16.011)
Passivo fiscal diferido		(169.991)	(27.422)	-	(197.413)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	(b)	546.615	2.166	(4.201)	544.580

			Consolidado		
			Aumento/(Redução)		
	Nota	Saldo em 2023	no resultado	no patrimônio líquido	Saldo em 2024
Prejuízos fiscais e bases negativas		382.412	(1.536)		380.876
Diferenças temporárias:					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		98.171	1.466	-	99.637
Provisão para perda de estoques e contas a receber		22.269	(1.255)	-	21.014
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso		5.113	727	-	5.840
Provisão para participação no lucro		22.038	12.432	-	34.470
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS16		98.754	5.991	-	104.745
Ajustes a valor justo		-	(2.227)	-	(2.227)
Perdas de créditos esperadas FIDC		7.173	1.116	-	8.289
Ajuste a valor presente FIDC		4.763	303	-	5.066
Ajuste de consolidação		(845)	(16.472)	-	(17.317)
Plano de remuneração baseado em ações		13.384	(6.214)	-	7.170
Provisão encerramento de lojas		9.719	3.131	-	12.850
Outras	(a)	54.127	17.215	(4.201)	67.141
Ativo fiscal diferido		717.078	14.677	(4.201)	727.554
Créditos extemporâneos		(157.603)	(23.799)	-	(181.402)
Ajustes a valor presente		(12.388)	(3.623)	-	(16.011)
Passivo fiscal diferido		(169.991)	(27.422)	-	(197.413)
Saldo líquido de ativo fiscal diferido	(b)	547.087	(12.745)	(4.201)	530.141

(a) Inclui provisões de fretes, de despesas operacionais, provisões de benefícios e honorários advocatícios.
(b) Em 2024, a Companhia aderiu aos programas da Receita Federal do Brasil (RFB), Litígio Zero e auto regularização, que ofereceram condições especiais para a regularização de débitos tributários, com utilização de prejuízo fiscal. Portanto, os lançamentos contábeis da utilização desse prejuízo fiscal tiveram como contrapartida a obrigação tributária e não as contas de IR/CS Diferido do resultado.

10.3. Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025

A C&A revisa a cada trimestre as projeções de resultado, e estima que realizará os tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2026	**204.273**	**172.561**
2027	**101.600**	**101.954**
2028	**118.441**	**118.441**
2029	**121.542**	**121.542**
De 2030 a 2031	**137.687**	**137.687**
De 2032 a 2036	**17.112**	**17.114**
	700.655	**669.299**

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização dos tributos diferidos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade desse valor.

10.4. Conciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro antes dos impostos	**692.560**	494.725	**726.981**	512.919
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais – 34%	**(235.470)**	(168.207)	**(247.174)**	(174.392)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**22.706**	11.917	**-**	-
Juros sobre Capital Próprio	**53.720**	35.700	**53.720**	35.700
Inovação tecnológica – P&D	**25.687**	20.658	**25.687**	20.658
Juros atualização SELIC sobre Indébito Tributário	**26.902**	58.975	**26.918**	59.040
Outros (a)	**984**	(1.291)	**955**	(1.447)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(105.471)**	(42.248)	**(139.894)**	(60.441)
Corrente	**(86.819)**	(47.853)	**(95.838)**	(51.136)
Diferido	**(18.652)**	5.605	**(44.056)**	(9.305)
	(105.471)	(42.248)	**(139.894)**	(60.441)
Alíquota efetiva	**15%**	9%	**19%**	12%

(a) Não são constituídos tributos diferidos na Controlada Orion, pois não é provável a geração de lucros tributáveis futuros para sua utilização. O saldo não constituído desses tributos diferidos é no montante de R$ 22.809.

11. Investimento

11.1. Política contábil

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Após a aplicação desse método, a Companhia avalia se é necessário reconhecer uma perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia verifica se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil, reconhecendo a perda na demonstração do resultado.

11.2. Informações sobre investimento em controladas

	2025							
Controladas	**Participação acionária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita Bruta**	**Lucro Líquido**	**Valor contábil do investimento**	**Equivalência patrimonial**
Orion	**99,99%**	14.002	(1.621)	12.381	712	1.219	12.380	1.219
C&A Pay Holding	**99,99%**	352.262	(109.656)	242.606	56.106	65.562	242.606	65.562
Total							**254.986**	**66.781**

Controladas	2024							
	Participação acionária	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro/ (Prejuízo)	Valor contábil do investimento	Equivalência patrimonial
Orion	99,99%	11.342	(604)	10.738	1.648	1.695	10.737	1.695
C&A Pay Holding	99,99%	261.309	(84.397)	176.912	49.456	33.401	176.910	33.401
Moda Lab	99,00%	-	-	-	-	(47)	-	36*
Total							187.647	

* A diferença entre o prejuízo da Moda Lab (R$47) e a equivalência patrimonial R$36 se refere ao resultado não realizado nos estoques.

11.3. Movimentação do investimento

	Orion	C&A Pay Holding	Moda Lab	Total
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2023	9.465	108.827	(43)	118.249
(+/-) Equivalência patrimonial	1.695	33.401	(47)	35.049
(-) Dividendos	(423)	-	-	(423)
(-) Liquidação de investimento	-	-	7	7
(+) Aumento de capital	-	35.000	-	35.000
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	(318)	-	(318)
(+/-) Resultados não realizados nos estoques	-	-	83	83
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2024	10.737	176.910	-	187.647
(+/-) Equivalência patrimonial (a)	1.219	65.562	**-**	**66.781**
(+/-) Estorno de dividendos	424	-	**-**	**424**
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	134	**-**	**134**
Saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2025	**12.380**	**242.606**	**-**	**254.986**

(a) Em 2025 considera eliminação entre transações de partes relacionadas referente ao deságio da C&A Pay no valor de R$81.864.

12. Imobilizado

12.1. Política contábil

Os bens são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos dos impostos recuperáveis. Incluem a estimativa para restauração de loja, quando não incluída em direitos de uso, e são reduzidos por depreciação e estimativa de desvalorização (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos bens. No início de cada exercício, a vida útil estimada, o custo de restauração e os métodos de depreciação são revisados, considerando a expectativa de uso dos ativos, o planejamento das reformas das lojas e evidências de uma vida útil diferente da registrada. Essa avaliação é documentada em laudo por especialistas da C&A. Quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é alienado, quando a entidade perde o controle sobre ele ou quando não se espera mais a geração de benefícios econômicos futuros. Nesse momento, é reconhecido o ganho ou a perda decorrente da operação, mensurado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo.

12.2. Composição do ativo imobilizado (Controladora e Consolidado)

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	2025
Benfeitorias	1.620.259	(1.061.434)	(2.868)	**555.957**
Móveis e utensílios	735.366	(416.999)	(27)	**318.340**
Máquinas e equipamentos	217.343	(114.994)	(23)	**102.326**
Equipamentos de Informática	325.955	(255.475)	(26)	**70.454**
Imobilizado em andamento	9.192	-	-	**9.192**
Custo estimado de devolução de lojas	3.086	(2.043)	-	**1.043**
Terrenos	126	-	-	**126**
Veículos	20	(20)	-	**-**
	2.911.347	**(1.850.965)**	**(2.944)**	**1.057.438**

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Red. Valor Recuperável	2024
Benfeitorias	1.466.925	(1.030.631)	(2.002)	434.292
Móveis e utensílios	607.893	(376.508)	(2.926)	228.459
Máquinas e equipamentos	199.615	(110.478)	(147)	88.990
Equipamentos de Informática	293.980	(229.863)	(91)	64.026
Imobilizado em andamento	5.448	-	-	5.448
Custo estimado de devolução de lojas	3.780	(1.634)	-	2.146
Ativos em poder de terceiros	227	-	-	227
Terrenos	126	-	-	126
Veículos	20	(20)	-	-
	2.578.014	(1.749.134)	(5.166)	823.714

A C&A não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

12.2.1. Movimentação do imobilizado (Controladora e Consolidado)

	Prazo médio depreciação em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Adições (b)	Deprecia -ção	Baixas	Transfe- rências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Máquinas e equipamentos	14	88.990	249	(7.510)	(154)	20.627	124	**102.326**
Móveis e utensílios	9	228.459	108.125	(49.299)	(2.819)	30.975	2.899	**318.340**
Equipamentos de informática	5	64.026	31.987	(26.191)	(2.021)	2.588	65	**70.454**
Benfeitorias (a)	11	434.292	72	(74.786)	(7.108)	204.353	(866)	**555.957**
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	**126**
Imobilizado em andamento	-	5.448	262.060	-	-	(258.316)	-	**9.192**
Ativos em poder de terceiros	-	227	-	-	-	(227)	-	**-**
Custo estimado de devolução de lojas	-	2.146	108	(279)	(932)	-	-	**1.043**
Total		**823.714**	**402.601**	**(158.065)**	**(13.034)**	**-**	**2.222**	**1.057.438**

(a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.

(b) Durante o exercício de 2025, a C&A adquiriu R$ 402.493 de ativos imobilizados, dos quais R$ 93.243 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (R$ 56.596 durante o mesmo exercício de 2024) e R$85.821 foram desembolsados em 2025 referente aquisições ocorridas anteriormente à 31 de dezembro de 2024 (no exercício de 2024 foram desembolsados R$13.324, referente aos anos anteriores).

	Prazo médio depreciação em anos	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições (b)	Deprecia -ção	Baixas	Transfe- rências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	14	80.483	-	(6.417)	(49)	15.121	(148)	88.990
Móveis e utensílios	9	197.672	59.198	(39.269)	(847)	14.629	(2.924)	228.459
Equipamentos de informática	5	60.237	25.458	(25.211)	(18)	3.651	(91)	64.026
Benfeitorias (a)	11	418.591	1.114	(77.179)	(10.053)	102.476	(657)	434.292
Terrenos	-	126	-	-	-	-	-	126
Imobilizado em andamento	-	4.728	136.597	-	-	(135.877)	-	5.448
Ativos em poder de terceiros	-	-	227	-	-	-	-	227
Custo estimado de devolução de lojas	-	1.564	810	(228)	-	-	-	2.146
Total		763.401	223.404	(148.304)	(10.967)	-	(3.820)	823.714

(a) As benfeitorias incluem ativos diversos como obras civis, luminosos, sistema de incêndio, geradores etc. A taxa de depreciação é definida pela vida útil desses bens.
(b) Durante o exercício de 2024, o Grupo adquiriu R$ 223.514 de ativos imobilizados, dos quais R$81.235 encontram-se como contas a pagar registradas em fornecedores (2023: R$13.324) e R$13.324 foram desembolsados em 2024 referente aquisições ocorridas anteriormente a 31 de dezembro de 2023 (2023: R$19.364, referente aos anos anteriores).

13. Intangível

13.1. Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida (softwares, sistemas e fundo de comércio) são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas de valor recuperável. Sistemas de informática contempla os gastos com licenciamento de softwares e com o desenvolvimento interno de sistemas.

Os dispêndios com desenvolvimento que correspondem a gastos diretos com pessoal e serviços, são capitalizados como ativos intangíveis quando atendem aos seguintes critérios: viabilidade técnica para conclusão do projeto, intenção e capacidade de uso ou comercialização, geração de benefícios econômicos futuros e possibilidade de mensuração confiável dos custos envolvidos. Os gastos relacionados à manutenção e à pesquisa são reconhecidos diretamente como despesa no resultado do exercício.

A amortização desses ativos tem início quando estão disponíveis para uso, sendo calculada pelo método linear com base na vida útil estimada. A vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, e mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida estão sujeitos a testes de recuperabilidade realizados anualmente.

13.2. Composição do intangível (controladora e consolidado)

	2025				2024			
	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil	Custo	Amortização acumulada	Red. Valor Recuperável	Saldo Contábil
Sistemas de informática	1.076.698	(693.705)	(384)	**382.609**	1.418.493	(973.826)	(6.536)	438.131
Fundo de comércio	77.273	(58.910)	-	**18.363**	77.413	(56.005)	(575)	20.833
Direito de exploração de serviços financeiros	415.000	-	-	**415.000**	415.000	-	-	415.000
Intangível em andamento	33.759	-	-	**33.759**	18.843	-	-	18.843
Total	**1.602.730**	**(752.615)**	**(384)**	**849.731**	1.929.749	(1.029.831)	(7.111)	892.807

A C&A detém um ativo intangível com vida útil indefinida: o direito de exploração de serviços financeiros. Esse direito foi adquirido em 1º de dezembro de 2021 e não possui prazo determinado para sua utilização. A operação foi registrada pelo valor de aquisição de R$ 415.000. Embora não tenha havido ágio na transação, em razão da natureza do ativo, anualmente é realizado o teste de recuperabilidade. A liquidação financeira referente a essa aquisição ocorreu em 23 de junho de 2025, pelo valor de R$650.648.

13.3. Movimentação do intangível

13.3.1. Controladora

	Prazo médio amortização em anos	2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	2025
Sistemas de informática	5	438.131	-	(183.217)	(6.246)	127.789	6.152	**382.609**
Fundo de comércio	10	20.833	-	(3.330)	(575)	860	575	**18.363**
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	**415.000**
Intangível em andamento		18.843	143.565	-	-	(128.649)	-	**33.759**
Total		892.807	**143.565**	**(186.547)**	**(6.821)**	**-**	**6.727**	**849.731**

(a) Durante o exercício de 2025, a C&A adquiriu R$ 143.565 à conta de intangíveis, referente a sistemas. Deste valor, R$ 29.982 estão registrados como contas a pagar em fornecedores, e R$31.143 foram desembolsados em 2025, referentes a aquisições ocorridas antes de 31 de dezembro de 2024.

	Prazo médio amortização em anos	2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	2024
Sistemas de informática	5	510.911	-	(197.141)	(10)	130.907	(6.536)	**438.131**
Fundo de comércio	10	20.079	-	(3.598)	(926)	5.853	(575)	**20.833**
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	**415.000**
Intangível em andamento		18.503	137.100	-	-	(136.760)	-	**18.843**
Total		964.493	**137.100**	**(200.739)**	**(936)**	**-**	**(7.111)**	**892.807**

13.3.2. Consolidado

	Média amortização em anos	2024	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	2025
Sistemas de informática	5	438.131	-	(183.217)	(6.246)	127.789	6.152	**382.609**
Fundo de comércio	10	20.833	-	(3.330)	(575)	860	575	**18.363**
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	-	-	-	**415.000**
Intangível em andamento		18.843	143.565	-	-	(128.649)	-	**33.759**
Total		892.807	**143.565**	**(186.547)**	**(6.821)**	**-**	**6.727**	**849.731**

	Média amortização em anos	2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Reversão (constituição) Red. Valor Recuperável	2024
Sistemas de informática	5	511.182	-	(197.141)	**(281)**	130.907	(6.536)	**438.131**
Fundo de comércio	10	20.079	-	(3.598)	**(926)**	5.853	(575)	**20.833**
Direito de exploração de serviços financeiros	indefinido	415.000	-	-	**-**	-	-	**415.000**
Intangível em andamento		18.503	137.100	-	**-**	(136.760)	-	**18.843**
Total		964.764	**137.100**	**(200.739)**	**(1.207)**	**-**	**(7.111)**	**892.807**

14. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

14.1. Política contábil

A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações da C&A.

A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras pela Companhia.

O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente.

A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à

qual os ativos estão alocados. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação.

Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

14.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC)

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as premissas abaixo:

I. Taxa de desconto: calculada considerando a taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,27% a.a. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento.

II. Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; e

III. Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas, corrigidos por uma inflação estimada de 4,5% a.a. para 2026 e 4% a.a. para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central.

Na data base 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imobilizado	(2.509)	-	(435)	(5.166)	(2.944)	(5.166)
Intangível	-	-	(384)	(7.111)	(384)	(7.111)
Subtotal	**(2.509)**	-	**(819)**	(12.277)	**(3.328)**	(12.277)
Direito de uso	**(2.015)**	(4.900)	**(1.419)**	(6.034)	**(3.434)**	(10.934)
Total	**(4.524)**	(4.900)	**(2.238)**	(18.311)	**(6.762)**	(23.211)

14.3. Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida

A recuperabilidade do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é avaliada anualmente com base no método de valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio. Essa avaliação considerou a análise de dados gerenciais históricos, entrevistas com a Administração e a revisão dos resultados obtidos. As principais premissas são:

I. Valor do ativo: R$ 415 milhões;

II. Data-base avaliação: 31 de dezembro de 2025;

III. Taxa de desconto: calculada pelo método do custo de capital próprio. A taxa de desconto utilizada foi de 14,32% a.a.;

IV. Horizonte de projeção: Foram projetados fluxos de caixa para o período a partir de 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2035, totalizando 10 anos. A partir de 2036 a projeção considera a estabilização do fluxo, com crescimento apenas inflacionário;

V. Valor residual – Calculado por meio de perpetuidade considerando crescimento estabilizado relativo à inflação esperada no longo prazo (5%);

VI. Receitas: projetadas considerando emissão de cartão, *churn* (cancelamentos), gasto médio por cartão, entre outras variáveis;

VII. Despesas: projetadas considerando despesas de taxa de processamento de cartões *(interchange)*, despesas operacionais e provisão para perda.

O valor recuperável do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

15. Arrendamentos

15.1. Política contábil

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

(i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

(ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e

(iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
- tem o direito de operar o ativo, ou
- projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

A C&A utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que a C&A teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A C&A aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei n° 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso da C&A na renovação de seus contratos. A avaliação se a C&A está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que pode afetar significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, em que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a C&A considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo.

15.2. Taxa de juros incremental

A C&A determina suas taxas de juros incrementais com base nas curvas de créditos disponibilizadas pela ANBIMA, que refletem diferentes prazos e níveis de risco no mercado secundário. As taxas extraídas são ajustadas à realidade da C&A, considerando seu perfil de crédito. As taxas são atualizadas mensalmente e a cada novo contrato de arrendamento.

Taxas incrementais por prazos de contrato praticadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025		2024	
Prazos dos contratos	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**	**Taxa Real (% a.a.)**	**Taxa Nominal (% a.a.)**
de 0 a 3 anos	6,1 – 9,4	14,1 – 16,3	5,3	12,3
de 3 a 5 anos	6,4 – 8,2	13,9 – 16,1	2,1 – 8,8	6,6 – 15,3
de 5 a 6 anos	6,2 – 7,6	13,5 – 15,6	3,5 – 7,5	11,8 – 15,3
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	6,6 – 9,1	14,2 – 17,2	6,5 – 9,4	11,6 – 16,2

15.3. Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)

15.3.1. Movimentação do ativo de direito de uso

	Ativo por direito de uso			Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.633.086	22.890	1.655.976	(1.944.512)
Amortização	(354.203)	(4.444)	(358.647)	-
Encargos financeiros				(185.061)
Pagamentos realizados				519.086
Provisão para custos de desmontagem	9.429	-	9.429	-
Pagamentos antecipados	2.179	-	2.179	-
Redução ao valor recuperável	(10.934)	-	(10.934)	-
Contratos novos/renovados/encerrados	84.654	7.817	92.471	(76.565)
Remensuração	138.410	1.025	139.435	(139.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.502.621**	**27.288**	**1.529.909**	**(1.826.876)**
Amortização	(369.517)	(6.183)	**(375.700)**	**-**
Encargos financeiros	-	-	**-**	**(191.167)**
Pagamentos realizados	-	-	**-**	**545.538**
Provisão para custos de desmontagem	3.240	-	**3.240**	**-**
Pagamentos antecipados	561	-	**561**	**-**
Contratos novos	94.042	-	**94.042**	**(94.042)**
Rescisões contratuais	(25.756)	-	**(25.756)**	**34.556**
Remensuração	247.258	994	**248.252**	**(248.252)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.452.449**	**22.099**	**1.474.548**	**(1.780.243)**
Passivo circulante				**(372.743)**
Passivo não circulante				**(1.407.500)**

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R$ 48.585 (R$ 46.386 em 2024), e sobre os juros, no valor de R$ 15.360 (R$14.148 em 2024). Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como redutores da despesa de amortização e de juros. Em 2025, houve a renovação de 30 contratos, 21 novos contratos e 4 encerrados (em 2024, houve a renovação de 28 contratos e 11 novos contratos).

15.4. Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários

Atendendo ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem inflação no fluxo de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (6,1% a 17,2%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental	Fluxo de pagamentos futuros
1	Nominal	Com projeção da inflação
2	Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pela C&A para o exercício findo em 31 de dezembro 2025, conforme determina o CPC 06 (R2) / IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

	2025			
Cenários	Passivo de arrendamento	Encargos financeiros	Despesa de depreciação	Total de despesa
Cenário 1	1.951.336	113.770	414.411	528.181
Cenário 2 (contabilizado)	1.780.243	191.294	375.701	566.995

15.5. Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	2025		2024	
Com vencimento	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/COFINS (*)**	**Pagamentos**	**Direito Potencial de PIS/COFINS (*)**
Menos de um ano	547.966	(49.005)	522.899	(47.372)
De um a cinco anos	1.406.133	-	1.407.659	(126.305)
Mais de cinco anos	502.386	-	551.011	(49.118)
Total dos pagamentos mínimos	**2.456.485**	**(49.005)**	2.481.569	(222.795)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(676.242)	16.711	(654.693)	58.566
Valor presente dos pagamentos mínimos	**1.780.243**	**(32.294)**	1.826.876	(164.229)
Passivo Circulante	**372.743**		352.734	
Passivo Não circulante	**1.407.500**		1.474.142	

O direito potencial de PIS/COFINS corresponde ao valor que a C&A poderá recuperar caso os pagamentos futuros de arrendamentos se realizem. Com a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, esses pagamentos gerarão créditos de PIS e COFINS apenas até 31 de dezembro de 2026, uma vez que essas contribuições serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota ainda será definida por regulamentação.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa relativa aos 21 contratos de arrendamento variável foi de R$17.613 (18 contratos no mesmo exercício de 2024 no montante R$6.071). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R$16.281 (R$7.639 no mesmo exercício de 2024), e se referem a aluguéis de impressoras, empilhadeiras e lojas em ação renovatória de aluguel. Devido à baixa relevância, não estão sendo

apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.
A C&A não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

16. Fornecedores

16.1. Política contábil

Fornecedores representam as obrigações da C&A decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras de mercadorias a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações. A contrapartida do ajuste a valor presente dos fornecedores de mercadoria é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada como despesa financeira. Para os demais fornecedores a contrapartida do ajuste a valor presente e a recomposição dos juros são efetuados diretamente como despesa financeira.

As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 1,17% e 0,97%, respectivamente.

16.2. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores de mercadorias	**734.876**	716.403	**734.877**	716.403
Fornecedores – Partes Relacionadas (a)	**125.046**	103.085	**115.974**	98.521
Fornecedor Bradescard (b)	**-**	608.563	**-**	608.563
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	**486.289**	471.068	**502.056**	487.518
Ajuste a valor presente	**(28.075)**	(21.544)	**(28.075)**	(21.544)
	1.318.136	1.877.575	**1.324.832**	1.889.461
Passivo circulante	**1.318.136**	1.877.357	**1.324.832**	1.889.243
Passivo não circulante	**-**	218	**-**	218

(a) Refere-se às transações com C&A Sourcing relacionadas às compras de mercadoria importadas do Oriente
(b) Refere-se ao montante a pagar referente à aquisição do direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de "balcão Bradesco" pelo valor de R$ 415 milhões, que está registrado como ativo intangível. O montante atualizado foi registrado no resultado como atualização monetária contra as despesas financeiras no subgrupo "juros com fornecedores" (nota 28). O valor corrigido de R$ 650 milhões foi liquidado em 23 de junho de 2025.

16.3. Obrigações de Risco Sacado

A C&A firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento recebem o pagamento antecipado das faturas enviadas a C&A por meio de instituições financeiras externas, através do pagamento de uma taxa à instituição financeira, da qual a C&A não é parte. Para que a instituição

financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pela C&A. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a C&A quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada.

O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a C&A e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estariam mantidos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Obrigações de Risco Sacado (a)	**421.205**	350.043	**421.205**	350.043
Intervalo de vencimento dos pagamentos:				
Passivos que fazem parte das operações de risco sacado	**104 dias**	107 dias	**104 dias**	107 dias
Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado	**103 dias**	90 dias	**103 dias**	90 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado.

A C&A recebeu com essa operação uma comissão no montante de R$14.729 referente ao exercício de 2025 (R$14.960 durante o exercício de 2024). Durante o mesmo exercício, a taxa de desconto aplicada pelas instituições financeiras aos fornecedores variou entre 1,57% a.m. a 1,87% a.m. (1,57% a.m. a 1,97% a.m. durante o exercício de 2024), sendo que parte dessa taxa corresponde ao *spread* repassado a C&A a título de comissão.

17. Empréstimos e debêntures

17.1. Política contábil

Os empréstimos e debêntures são reconhecidos inicialmente a valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto em contrato. Os custos incorridos, incluindo taxas, comissões e outros custos são registrados como redutores no passivo e apropriados ao resultado mensalmente durante o período da dívida. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros gastos incorridos pela C&A relativos aos empréstimos. Os juros pagos de empréstimos, debêntures e passivo de arrendamento são apresentados como atividade de financiamento no fluxo de caixa.

17.2. Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado)

Condições contratadas				Movimentação no ano						Vencimentos				
Descrições	**Taxas a.a.**	**Emissão**	**Valor**	**Saldo 2024**	**Captação**	**Pagto de principal**	**Pagamento dos juros e custo de captação**	**Despesa com Juros, Amortização dos custos e var cambial**	**Saldo 2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**
Em moeda nacional														
Debêntures 1ª Emissão série única	100% CDI+ 2,15%	05/2021	500.000	136.178		(134.280)	(9.570)	7.672	**-**	-	-	-	-	-
Notas Comerciais – série única, 1ª emissão	100% CDI + 2,45%	03/2022	250.000	259.262	-	(250.000)	(42.596)	33.334	**-**	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série	100% CDI + 2,10%	04/2022	247.500	188.070	-	(185.087)	(28.890)	25.907	**-**	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	100% CDI + 2,40%	04/2022	352.500	55.712	-	(13.702)	(7.531)	7.485	**41.964**	14.559	13.703	13.702	-	-
Notas Comerciais – série única, 3ª emissão	100% CDI+ 2,70%	05/2023	200.000	81.497	-	(80.400)	(4.463)	3.366	**-**	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	100% CDI + 1,80%	07/2024	495.963	521.569	-	-	(65.564)	78.058	**534.063**	38.099	495.964	-	-	-
Notas Comerciais – série única, 4ª emissão	100% CDI + 1,50%	09/2024	70.000	72.137	-	(70.000)	(10.901)	8.764	**-**	-	-	-	-	-
Notas Comerciais – série única, 5ª emissão	100% CDI + 1,40%	11/2024	80.000	81.336	-	-	(11.710)	12.239	**81.865**	81.865				
Debêntures 4ª Emissão 1ª série	100% CDI + 0,80%	09/2025	100.000	-	100.000	-	-	2.814	**102.814**	2.815	-	33.333	33.333	33.333
Debêntures 4ª Emissão 2ª série	100% CDI + 1,00%	09/2025	200.000	-	200.000	-	-	5.555	**205.555**	5.555	-	200.000	-	-
(-) Custo de transação				(9.544)	-	-	-	3.755	**(5.789)**	(3.097)	(1.953)	(284)	(260)	(195)
Total moeda nacional				**1.386.217**	**300.000**	**(733.469)**	**(181.225)**	**188.949**	**960.472**	**139.796**	**507.714**	**246.751**	**33.073**	**33.138**
Em moeda estrangeira														
Capital de giro - modalidade 4.131 (h)	USD + 5,35 %	09/2024	USD 17.769	111.796	-	(95.307)	(7.040)	(9.449)	**-**	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira				**111.796**	**-**	**(95.307)**	**(7.040)**	**(9.449)**	**-**	-	-	-	-	-
Total				**1.498.013**	**300.000**	**(828.776)**	**(188.265)**	**179.500**	**960.472**	**139.796**	**507.714**	**246.751**	**33.073**	**33.138**
Passivo circulante				456.541					**139.796**					
Passivo não circulante				1.041.472					**820.676**					

17.3. Custo de transação (Controladora e Consolidado)

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos.

					Custo de transação			
Descrição	**Emissão**	**Série**	**Vencimento/ Quitação**	**Custos incorridos**	**31/12/2024**	**Novos custos**	**Apropriado no exercício**	**31/12/2025**
Debêntures	1ª emissão	Única	20/05/2025	**(3.619)**	(204)	-	204	**-**
Nota Comercial	1ª emissão	Única	24/10/2025	**(1.528)**	(687)	-	687	**-**
Debêntures	2ª emissão	1a	13/11/2025	**(1.759)**	(314)	-	314	**-**
Debêntures	2ª emissão	2a	13/05/2028	**(2.762)**	(246)	-	74	**(172)**
Nota Comercial	3ª emissão	Única	26/05/2025	**(3.331)**	(555)	-	555	**-**
Debêntures	3ª emissão	Única	01/07/2027	**(8.274)**	(7.133)	-	2.749	**(4.384)**
Nota Comercial	5ª emissão	Única	01/11/2026	**(440)**	(405)	-	405	**-**
-Debêntures	4ª emissão	1a e 2a		**(1.298)**	-	(1.298)	65	**(1.233)**
					(9.544)	**(1.298)**	**5.053**	**(5.789)**

17.4. Movimentação dos empréstimos e debêntures

	Controladora e Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**1.498.013**	1.687.854
(+) Novos empréstimos/debêntures	**300.000**	745.963
(-) Custo de captação	**(644)**	(8.721)
(-) Pagamento de principal	**(828.776)**	(955.424)
(-) Pagamento dos juros	**(188.265)**	(175.781)
Total efeito caixa	**(717.685)**	(393.963)
(+) Juros	**190.295**	187.753
(+) Amortização dos custos	**4.399**	6.723
(+/-) Variação Cambial	**(14.550)**	9.647
Total sem efeito caixa	**180.144**	204.123
Saldo final	**960.472**	1.498.013

Todos os recursos acima foram captados para reforço do capital de giro, sem concessão de garantia por parte da C&A.

17.5. Cláusulas contratuais restritivas "*covenants*"

Os contratos de financiamento e debêntures contêm cláusulas restritivas usuais, que podem resultar em vencimento antecipado caso não sejam cumpridas.

Com base nas cláusulas vigentes, a C&A deve atender a certos *covenants* financeiros e não financeiros. Os *covenants* financeiros, medidos anualmente em 31 de dezembro, incluem os seguintes principais indicadores:

I. **Dívida Liquida / EBITDA Ajustado:** Manutenção da razão entre Dívida Líquida (composta por empréstimos e debêntures mais ou menos o saldo de derivativos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira) e EBITDA Ajustado (composto pelo EBITDA mais receita com desconto de fornecedores menos os resultados não operacionais, definidos como venda de ativos, provisões/reversões de contingências, *impairment* e despesas de reestruturação), em patamar igual ou inferior a 3,0 vezes, que serão calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Para tal cálculo considera-se o EBITDA Ajustado (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* dos últimos 12 (doze) meses e desconsidera os efeitos trazidos pela adoção do CPC06/IFRS16.

Os "*covenants*" não financeiros são, substancialmente:

I. **Publicação das Demonstrações Financeiras:** A Emissora deve publicar e manter disponíveis suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.
II. **Sentença Condenatória:** É vedada a existência de sentença condenatória que envolva atos de discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração da prostituição ou crimes contra o meio ambiente.

A C&A monitora periodicamente os indicadores que podem impactar os *covenants*. As restrições impostas são usuais em operações dessa natureza e não limita a capacidade da C&A de conduzir seus negócios até o momento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpria com todas as cláusulas de *covenants*.

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Férias e encargos	**101.389**	88.671	**102.138**	89.342
Incentivo de curto prazo	**83.958**	107.633	**85.440**	109.484
Salários e encargos	**59.013**	51.937	**59.418**	52.304
Encargos s/ incentivo de longo prazo (a)	**29.643**	21.732	**29.643**	21.732
Provisão de benefícios	**19.112**	14.383	**19.112**	14.383
Outras obrigações (b)	**13.848**	12.734	**14.018**	12.891
	306.963	297.090	**309.769**	300.136
Passivo circulante	**290.811**	276.780	**293.617**	279.826
Passivo não circulante	**16.152**	20.310	**16.152**	20.310

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.
(b) Outras obrigações referem-se, substancialmente, a provisões para obrigações rescisórias e ao imposto de renda pessoal a recolher.

19. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
ICMS	**168.661**	200.557	**168.661**	200.557
PIS/ COFINS	**98.989**	104.641	**100.078**	105.533
IR/ CSLL	**93.501**	61.274	**102.521**	61.993
Outros (a)	**27.752**	22.406	**29.042**	23.205
	388.903	388.878	**400.302**	391.288
Passivo circulante	**374.578**	373.489	**385.977**	375.899
Passivo não circulante	**14.325**	15.389	**14.325**	15.389

(a) Compreende, substancialmente, ISS, INSS, IOF, entre outros.

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

20.1. Política contábil

A C&A é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, baseada no parecer de seus assessores jurídicos.

20.2. Saldos e movimentações das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

20.2.1. Controladora

	2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2025
Tributárias (a)	252.397	**(100.922)**	**(19.579)**	**16.938**	**148.834**
Trabalhistas (b)	35.616	**15.093**	**(20.307)**	**3.067**	**33.469**
Cíveis (b)	1.999	**48.764**	**(48.784)**	**186**	**2.165**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	290.012	**(37.065)**	**(88.670)**	**20.191**	**184.468**

	2023	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2024
Tributárias (a)	253.499	(9.742)	(2.744)	11.384	252.397
Trabalhistas (b)	31.155	21.525	(19.870)	2.806	35.616
Cíveis (b)	2.888	8.785	(10.007)	333	1.999
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**287.542**	**20.568**	**(32.621)**	**14.523**	**290.012**

20.2.2. Consolidado

	2024	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2025
Tributárias (a)	252.397	**(100.922)**	**(19.579)**	**16.938**	**148.834**
Trabalhistas (b)	35.616	**15.094**	**(20.307)**	**3.067**	**33.470**
Cíveis (b)	5.039	**47.809**	**(48.784)**	**186**	**4.250**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	293.052	**(38.019)**	**(88.670)**	**20.191**	**186.554**

	2023	Constituição (reversão)	Pagamentos	Atualização	2024
Tributárias (a)	253.499	(9.742)	(2.744)	11.384	252.397
Trabalhistas (b)	31.155	21.525	(19.870)	2.806	35.616
Cíveis (b)	4.086	12.769	(12.149)	333	5.039
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**288.740**	**24.552**	**(34.763)**	**14.523**	**293.052**

(a) As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas aos seguintes tributos:

PIS/COFINS: Glosa do direito aos créditos relativos a despesas utilizadas como insumos na atividade fim e dos créditos de COFINS Importação;

ICMS: Glosa de créditos e discussões sobre aplicação de multas, base de cálculo, entre outros;

Outras Tributárias: Exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta e incidência das contribuições previdenciárias sobre as parcelas descontadas dos empregados a título de vale transporte, vale alimentação, assistência médica e odontológica.

As principais movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 se deram, substancialmente, em razão de:

i. Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativa ao Tema 846, que em sede de repercussão geral julgou constitucional a contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS. Diante disso, a ação judicial em curso teve decisão definitiva desfavorável, sendo o valor do depósito judicial no montante de R$17.443 convertido em renda a favor da União.
ii. Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), relativa ao Tema 1.135 que, em sede de repercussão geral, julgou constitucional a inclusão do ISS na base de cálculo da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). Diante disso, a ação judicial em curso teve decisão definitiva desfavorável, sendo o valor do depósito judicial no montante de R$ 38.896 convertido em renda a favor da União.

Em novembro de 2024, a Companhia constituiu provisão referente à contribuição previdenciária patronal (INSS) relacionada ao Tema Repetitivo nº 1.174, em razão do julgamento desfavorável aos contribuintes proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Naquela decisão, o STJ firmou entendimento no sentido de que incide contribuição previdenciária sobre as parcelas descontadas

dos empregados relativas ao vale-transporte, vale-refeição/alimentação e ao plano de assistência médica e odontológica.

Em agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) atingiu o quórum mínimo para afetar a controvérsia à sistemática da Repercussão Geral, sob o Tema nº 1.415 (ARE 1.370.843/SC). Nessa nova etapa processual, o STF irá analisar, com efeitos vinculantes para todos os órgãos do Poder Judiciário, a constitucionalidade da incidência da contribuição previdenciária prevista no art. 195, I, "a", da Constituição Federal, especificamente sobre parcelas de vale-transporte e auxílio-alimentação pagas pelo empregador mediante desconto ao empregado.

Diante da afetação da matéria ao STF e das incertezas jurídicas inerentes ao julgamento com repercussão geral, a Companhia promoveu nova avaliação do risco envolvido. Com base em pareceres de seus assessores jurídicos, que avaliam o risco de perda como possível, a C&A reverteu a provisão de INSS anteriormente constituída, no montante de R$ 62.145. Essa reclassificação reflete o entendimento técnico de que, enquanto o STF não fixar tese definitiva, subsistem incertezas relevantes que impedem a manutenção do risco em um nível que justifique o reconhecimento da provisão, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração continuará monitorando a evolução do julgamento no STF e reavaliará o tratamento contábil caso novos fatos, decisões ou orientações jurisprudenciais alterem o prognóstico de perda atualmente estimado.

(b) Trabalhistas: A mensuração da provisão para os processos trabalhistas é realizada desde a fase recursal e obtida pela aplicação da média histórica dos pagamentos e ponderado pelo percentual de perda do mesmo lapso temporal. Na fase de execução, a provisão é constituída com base nos valores atualizados da decisão desfavorável. Os critérios são revisados semestralmente para averiguar a aderência das premissas, sendo que a última revisão ocorreu em junho de 2025. Já a mensuração da provisão para os processos cíveis massificados é calculada com base na aplicação da média histórica dos valores gastos e do percentual de perda.

20.3. Depósitos judiciais

A C&A está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais para garantir o prosseguimento dos processos judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica de Administração para proteção de seu caixa. Os valores dos depósitos são corrigidos com base nas taxas oficiais divulgadas no país. Assim, o montante atualizado dos depósitos judiciais é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Tributários	**67.653**	121.164	**67.653**	121.164
Trabalhistas e Cíveis	**23.705**	23.771	**23.707**	23.776
Total	**91.358**	144.935	**91.360**	144.940

20.4. Depósitos judiciais com passivo correspondente

A companhia mantém depósitos judiciais com passivo correspondente para os temas relacionados a COFINS Importação.

20.5. Contingências de perda possível

20.5.1. Contingências tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a C&A apresentava um montante atualizado de R$591.507 (2024: R$513.052), referente a demandas judiciais e/ou administrativas cuja expectativa de perda é classificada como possível. Em conformidade com as práticas contábeis vigentes, não são constituídas provisões contábeis para essas contingências. A seguir, são apresentadas as principais demandas, cujos valores incluem o montante principal acrescido de multa e juros, e cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

	Controladora e Consolidado	
	2025	**2024**
PIS/COFINS - Glosa de créditos e compensações não homologadas (a)	**211.410**	220.451
IRPJ/CSLL e PIS/COFINS – Momento da tributação (b)	**155.191**	139.931
INSS - Compensações não homologadas e outros (c)	**110.937**	42.400
ICMS - Glosa de créditos e outros (d)	**63.393**	61.484
Tributos de Importação (e)	**34.386**	32.389
Outras demandas	**16.190**	16.397
	591.507	513.052

a) PIS/COFINS - Glosa de créditos relativos as despesas utilizadas como insumos e compensações não homologadas;
b) IRPJ/CSLL e PIS/COFINS - Processos administrativos em que se discute o momento da tributação do indébito tributário. Os assessores jurídicos da Companhia classificam a discussão relativa aos valores de multa e juros de R$145.776 como "risco de perda possível";
c) INSS - Não homologação de pedidos de compensação referentes a créditos previdenciários. Em agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal afetou a discussão ao Tema nº 1.415 da Repercussão Geral (ARE 1.370.843/SC), para debater a controvérsia, com efeitos vinculantes, sobre a "constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária, prevista no art. 195, inc. I, al. "a", da Constituição da República, sobre as parcelas de vale-transporte e do auxílio alimentação pagas pelo empregador a partir de desconto sofrido pelo empregado". De acordo com a avaliação da Companhia e de seus assessores jurídicos, a chance de perda deixou de ser provável e passou a ser possível;
d) ICMS - Ao longo do ano houve o incremento de novos Autos de Infração lavrados pelos Estados do Mato Grosso do Sul e Ceará, sobre glosa de créditos e supostas divergências de estoque. Em dezembro/2025, a Companhia aderiu aos Programas Especiais de Parcelamento, promovidos pelo Estados do Rio de Janeiro e Ceará;
e) Tributos de Importação - Processos administrativos em que se discute a não inclusão de royalties pagos por uso de marcas licenciadas;

20.5.2. Contingências cíveis e trabalhistas

As provisões relacionadas a causas cíveis e trabalhistas são revisadas periodicamente e reconhecidas com base na metodologia descrita na Nota 20.3.2b.

Em decorrência de fatores externos, não sob controle da C&A, não é praticável a determinação da época de desembolso, se houver, das discussões judiciais e administrativas que a C&A venha a perder.

21. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Obrigações com locatários **(a)**	**56.942**	54.310	**56.942**	54.310
Crédito de clientes **(b)**	**6.156**	12.722	**19.466**	22.382
Seguros a repassar	**-**	-	**5.433**	9.996
Outros	**4.331**	7.557	**4.820**	7.601
	67.429	74.589	**86.661**	94.289
Passivo circulante	**17.220**	24.033	**36.452**	43.733
Passivo não circulante	**50.209**	50.556	**50.209**	50.556

a) Refere-se, substancialmente, à provisão de R$ 42.175 para restaurar a loja à sua condição original (R$ 39.941 em 2024).
b) Refere-se a vales-troca e cartões-presentes válidos e ainda não utilizados pelos clientes, assim como a créditos excedentes, provenientes de pagamentos realizados a maior por clientes do cartão de crédito C&A Pay, que serão abatidos de compras futuras e/ou devolvidos aos clientes.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social no valor de R$ 1.847.177 é representado por 308.245.068 ações ordinárias totalmente integralizadas (2024: 308.245.068).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada como segue:

	2025		2024	
Acionistas	**Quantidade de ações**	**%**	**Quantidade de ações**	**%**
COFRA Investment SARL	**80.363.049**	**26,07%**	80.363.049	26,07%
Morgan Stanley	**18.882.299**	**6,13%**	-	-
Incas SARL	**14.939.166**	**4,85%**	80.939.166	26,25%
Tesouraria	**5.330.734**	**1,73%**	3.624.126	1,18%
Administração	**2.638.742**	**0,85%**	2.288.265	0,74%
COFRA Latin America	**9.068**	**0,01%**	17.121	0,01%
Ações em circulação	**186.082.010**	**60,36%**	141.013.341	45,75%
Total	**308.245.068**	**100,00%**	308.245.068	100%

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até atingir o limite de 393.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

O aumento de capital, dentro dos limites do capital autorizado, poderá ser realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição. Caberá ao Conselho aprovar as condições da emissão, incluindo preço, prazo e forma de integralização. No caso de subscrição com integralização em bens, a competência para aprovar o aumento será da Assembleia Geral, com prévia manifestação do Conselho Fiscal se instaurado.

22.2. Ações em tesouraria

Em 13 de janeiro de 2025 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um novo plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia, com duração de até 18 meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2025 e terminando em 13 de julho de 2026. A Companhia, poderá adquirir até 5.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitando as limitações estabelecidas na RCVM 77/22.

Programa de recompra de ações (em quantidade de ações em tesouraria)

Data de início	Data de término	Total Programa	Total Recomprado	Saldo a Recomprar
13/01/2025	13/07/2026	5.000.000	4.163.800	836.200

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.650.501	3,21	8.498	20.753
Entrega das ações Plano 2021	(2.026.375)	3,21	(6.497)	
Recompra de ações	3.000.000	10,79	32.364	32.364
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.624.126	9,48	34.365	28.124
Recompra de ações	**4.163.800**	**8,66**	**36.039**	**36.039**
Entrega das ações Plano 2022	**(2.457.192)**	**9,04**	**(22.214)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**5.330.734**	**9,04**	**48.190**	**104.802**

22.3. Reserva de capital – ações outorgadas

Refere-se à reserva constituída para as ações outorgadas de acordo com o plano de remuneração baseado em ações. É constituída à medida que o serviço é prestado, e é consumida pela liquidação do plano de remuneração baseado em ações. Para maiores detalhes, verificar na Nota 25.

22.4. Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual 5% serão destinados para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2025 é de R$117.186 (2024: R$87.831).

22.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou R$75.720 para a reserva de lucros a realizar que está condicionada a utilização dos créditos de PIS/COFINS, os quais ainda estão pendentes de utilização em 31 de dezembro de 2025.

22.6. Reserva para investimento

Essa reserva tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da C&A e o desenvolvimento de suas atividades, observado que seu saldo, somado aos saldos de outras reservas de lucros, excetuadas reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, baseado no orçamento de capital da Companhia, foram destinados R$ R$399.733 (R$291.293 em 2024) para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2025 é de R$1.638.639.

22.7. Reserva para incentivos fiscais

A C&A goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconheceu seus impactos como crédito na demonstração de resultado em exercícios anteriores. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2025 o total da reserva para incentivos fiscais é de R$36.677 (2024: R$ 36.677).

22.8. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 4. Adicionalmente, inclui os efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos federais, disponíveis para venda, refletindo as variações no valor justo desses ativos ao longo do período.

23. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (JSCP)

23.1. Política contábil

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022.
Em 18 de dezembro de 2025 o Conselho da Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2025, nos montantes demonstrados na tabela abaixo. O pagamento será realizado no exercício de 2026 em data a ser definida.

23.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**587.087**	452.477
(-) Reserva legal	**(29.354)**	(22.623)
(-) Reserva de incentivos fiscais	**-**	(22.117)
Base de cálculo dos dividendos	**557.733**	407.737
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	**139.433**	101.934
Distribuição dividendos e JSCP		
Distribuição JSCP	**158.000**	105.000
(-) IRRF sobre JSCP	**(18.221)**	(14.509)
Dividendos	**-**	11.443
Total a ser distribuído	**139.779**	101.934

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio de 2025 é de R$53.720 (R$35.700 em 2024) e foi reconhecido na demonstração de resultado.

24. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e pelas demais empresas do grupo com o objetivo de viabilizar suas operações. Tais transações ocorrem em condições comutativas, não resultando em benefícios indevidos às partes envolvidas nem em prejuízos à C&A. Essas operações são conduzidas em conformidade com as políticas e normas internas, legislação vigente e seguem as melhores práticas relacionadas a operações dessa natureza. As transações são pactuadas com base em valores de mercado observando as regras de preços de transferência quando aplicável.

A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que a C&A possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes
Controladoras		
COFRA Investments	Controladora direta	-
Incas SARL	Controladora direta	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-
Controladas		
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	Atividades de securitização de créditos
C&A Pay Holding Financeira Ltda	Controladas diretas	Controladora direta final da C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	Instituição financeira que atua na condição de instituidora de arranjo de pagamento fechado e emissora e administradora dos cartões *private label* "C&A Pay"
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	Fundo de investimento que adquire direitos creditórios originados pelo cedente SCD C&A Pay, e tem a C&A Modas S.A. como única cotista
Associadas		
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de licenças de softwares
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	Serviços de intermediação de importação de mercadorias *(trading)*
COFRA Latin America Ltda	Associada, sem influência significativa	Fornecimento de fianças em contratos de locação da C&A Brasil
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	Entidade fechada de previdência complementar destinada a funcionários da C&A
Instituto C&A	Associada, sob influência direta	Instituição de utilidade pública federal da qual a C&A é sócio apoiador, e que tem como foco de atuação: voluntariado, empreendedorismo e frente de apoios humanitários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

24.1. Transações nos balanços patrimoniais

	Controladora							
	Ativo		Passivo				Resultado	
Partes relacionadas	**Contas a receber/ outros ativos**		**Fornecedores**		**JCP / Dividendos**		**Receita/reembolso (custo/despesa)**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
C&A Pay SCD (a)	**77.998**	54.122	**40**	156	**-**	-	**(124.198)**	(78.894)
C&A Sourcing (b)	**-**	-	**118.747**	96.744	**-**	-	**(630.035)**	(515.589)
FIDC C&A Pay (c)	**-**	-	**3.211**	4.447	**-**	-	**-**	-
COFRA Invest (d)	**-**	-	**-**	-	**35.630**	26.564	**-**	-
Incas SARL (d)	**-**	-	**-**	-	**6.623**	26.755	**-**	-
Outros (e)	**39**	488	**3.049**	1.738	**4**	3	**(4.059)**	(3.757)
	78.037	54.610	**125.047**	103.085	**42.257**	53.322	**(758.292)**	(598.240)

Partes relacionadas	Consolidado							
	Ativo		Passivo				Resultado	
	Contas a receber/ outros ativos		Fornecedores		JCP / Dividendos		Receita/reembolso (custo/despesa)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
C&A Sourcing (b)	**-**	-	**118.747**	96.744	**-**	-	**(630.035)**	(515.589)
COFRA Invest (d)	**-**	-	**-**	-	**35.630**	26.564	**-**	-
Incas SARL (d)	**-**	-	**-**	-	**6.623**	26.755	**-**	-
Outros (e)	**28**	58	**3.091**	1.777	**4**	3	**(4.170)**	(4.988)
	28	58	**121.838**	98.521	**42.257**	53.322	**(634.205)**	(520.577)

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&Ae reembolso de compartilhamentos de despesas.
(b) Fornecedor de mercadorias
(c) Valores a repassar por recebimentos de faturas.
(d) Valor encontra-se líquido de impostos

24.2. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração

As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Remuneração fixa	**17.426**	15.465
Remuneração variável	**6.813**	7.594
Contribuições planos pós empregatícios	**90**	94
Incentivo de longo prazo	**8.166**	5.958
Total sem encargos	**32.495**	29.111
Encargos estimados (a)	**14.052**	12.056
Total com encargos	**46.547**	41.167

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2025, determinada no valor total sem encargos de até R$37.250 (2024: R$ 36.331).

25. Plano de remuneração baseado em ações

Foi aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019 o plano de remuneração baseado em ações, do qual derivam programas aprovados pelo Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis.

A quantidade final de ações que o executivo poderá efetivamente receber ao final do período de *vesting* dependerá do nível de atingimento das metas de desempenho da C&A, conforme fator de performance previsto em contrato.

O direito às ações será adquirido ao término do período de 3 (três) anos contado da data da outorga, desde que os executivos permaneçam, durante todo o respectivo período de *vesting*, como empregado, conselheiro, diretor ou profissional de qualquer natureza da C&A.

Os encargos sociais incidentes sobre a remuneração baseada em ações são de responsabilidade da C&A e será recolhido por ele no momento da liquidação do programa. Com relação aos tributos incidentes na entrega das ações, cuja responsabilidade seja do participante do plano, a C&A poderá reter e descontar a parcela correspondente a esses tributos da quantidade total de ações, entregando ao executivo somente a quantidade líquida de ações após esta retenção.

25.1. Premissas

	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025
	Lote único	**Lote único**	**Lote único**	**Lote único**
Modelo de precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	12,785%	12,97%	11,00%	13,38%
Preço da ação considerado	2,51	4,98	9,50	17,47
Prazo de vida esperado	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027	28/05/2028
Valor justo na data da mensuração	2,66	5,29	10,20	19,71
Volatilidade anualizada esperada	57,58%	66,50%	65,04%	66,16%

Para o cálculo da volatilidade esperada dos retornos foi utilizado o histórico de volatilidade do grupo de pares formado por companhias de negócios similares às operações da C&A. A metodologia de cálculo utilizada foi desvio padrão dos retornos diários das ações dessas Companhias.

25.2. Detalhamentos dos programas:

Programa	Data da outorga	Término da carência	Saldo de ações outorgadas	Valor justo (R$)	Vigência contratual remanescente (meses)	Resultado 2025 (Principal + encargos)	Resultado 2024 (Principal + encargos)	Despesas a incorrer (principal)
2019	21/10/2019	21/10/2025	-	9,14	-	**-**	4.869	-
2022	03/05/2022	23/03/2025	-	2,66	-	**5.615**	5.923	-
2023	10/05/2023	10/05/2026	4.178.476	5,29	4,3	**27.774**	11.599	3.280
2024	24/05/2024	18/04/2027	1.878.863	10,20	15,8	**9.281**	4.749	7.811
2025	26/05/2025	28/05/2028	1.435.996	19,71	29,3	**4.775**	-	19.131
			7.493.335		**Total**	**47.445**	**27.140**	**30.222**

As despesas de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital – ações outorgadas. A quantidade de ações é ajustada de acordo com as prescrições e/ou taxa de saída e pelo atingimento das metas de não mercado.

Os encargos com despesas de pessoal foram calculados com base no valor da ação da data de reporte e da quantidade de ações a serem outorgadas na data base de 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para o cálculo dos encargos, a quantidade é ajustada pelas prescrições, taxa de saída e pelo atingimento da performance. Esses montantes estão contabilizados no Passivo, no grupo de Obrigações Trabalhistas.

25.3. Movimentação das quantidades de ações por programa:

Programa	Outorgas 2019 2ª subst.	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
Saldo em 2023	57.402	2.255.925	2.876.843	4.569.680	-	-	9.759.850
Outorgadas	-	-	-	-	2.068.636	-	2.068.636
Prescritas	(28.701)	(19.032)	(202.918)	(374.621)	(178.289)	-	(803.561)
Exercidas	-	(2.236.893)	-	-	-	-	(2.236.893)
Saldo em 2024	28.701	-	2.673.925	4.195.059	1.890.347	-	8.788.032
Outorgadas	**-**	**-**	**37.488**	**-**	**-**	**1.435.996**	**1.473.484**
Prescritas	**(28.701)**	**-**	**-**	**(16.583)**	**(11.484)**	**-**	**(56.768)**
Exercidas	**-**	**-**	**(2.711.413)**	**-**	**-**	**-**	**(2.711.413)**
Saldo em 2025	**-**	**-**	**-**	**4.178.476**	**1.878.863**	**1.435.996**	**7.493.335**

26. Receita líquida

26.1. Política contábil

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Considerando esses aspectos, a receita é registrada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos.

26.1.1. Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias, realizadas à vista ou a prazo, é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre com a transferência do controle da mercadoria ao cliente. Nas vendas a prazo, a receita é reconhecida pelo seu valor presente, calculado com base na taxa SELIC, sendo a diferença entre o valor nominal e o valor presente reconhecida como uma redução da receita. A reversão do AVP é registrada como receita operacional de acordo com a fluição do prazo.

26.1.2. Receita de comissão de produtos e serviços financeiros

A receita de serviços financeiros é composta pelos juros das vendas parceladas e os juros por atraso da carteira originada na SCD – C&A Pay ("SCD") e cedida ao FIDC - C&A Pay. As receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, ou seja, no período a que se referem, desde que seja provável o seu recebimento. As operações com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pro rata dia.

A receita de prestação de serviços é composta pela comercialização de seguros aos clientes e outros produtos e serviços. É reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

26.2. Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de mercadorias	**10.801.003**	9.982.943	**10.794.992**	9.982.051
Cancelamentos e trocas	**(612.371)**	(496.802)	**(612.371)**	(496.802)
Impostos sobre vendas de mercadorias	**(2.538.731)**	(2.326.562)	**(2.538.731)**	(2.326.562)
Receita líquida com venda de mercadorias	**7.649.901**	7.159.579	**7.643.890**	7.158.687
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros (a)	**93.601**	165.571	**358.492**	504.402
Impostos sobre comissões e serviços	**(13.046)**	(20.833)	**(19.424)**	(26.549)
Receita líquida com prestação de serviços	**80.555**	144.738	**339.068**	477.852
	7.730.456	7.304.317	**7.982.958**	7.636.539

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay

27. Resultado por natureza

27.1. Despesas com vendas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	**(766.149)**	(728.992)	**(777.345)**	(740.838)
Material/serviços de terceiros	**(370.689)**	(328.605)	**(407.852)**	(373.083)
Ocupação	**(402.784)**	(376.434)	**(402.786)**	(376.434)
Depreciação direito de uso	**(317.628)**	(301.913)	**(317.628)**	(301.913)
Depreciação e amortização	**(144.908)**	(134.870)	**(144.908)**	(134.870)
Publicidade e Promoção	**(193.066)**	(179.647)	**(193.066)**	(179.647)
Tarifas e serviços bancários	**(160.708)**	(154.498)	**(104.742)**	(105.164)
Serviços de tecnologia	**(50.120)**	(35.217)	**(50.120)**	(35.217)
Outros (a)	**(99.670)**	(84.570)	**(113.198)**	(107.835)
	(2.505.722)	(2.324.746)	**(2.511.645)**	(2.355.001)

(a) Contempla substancialmente prêmios, comissões e outras despesas de menor valor.

27.2. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	**(440.696)**	(396.127)	**(441.803)**	(397.214)
Material/serviços de terceiros	**(182.864)**	(159.609)	**(182.996)**	(159.759)
Depreciação e amortização	**(199.705)**	(214.172)	**(199.705)**	(214.257)
Depreciação direito de uso	**(24.847)**	(24.497)	**(24.847)**	(24.497)
Serviços de tecnologia	**(34.615)**	(30.430)	**(34.615)**	(30.430)
Ocupação	**(12.017)**	(7.024)	**(12.017)**	(7.024)
Outros	**(63.529)**	(54.123)	**(63.549)**	(54.132)
	(958.273)	(885.982)	**(959.532)**	(887.313)

27.3. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, por natureza

São consideradas outras (despesas) receitas operacionais valores que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da C&A e não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Baixa de ativos e encerramento de lojas/CDs (a)	**(2.445)**	(29.010)	**(3.230)**	(29.196)
Créditos e despesas tributárias (b)	**9.153**	116.421	**9.153**	116.421
Reversão (provisão) contingências tributárias (c)	**63.599**	6.204	**63.599**	6.204
Receita pela cessão dos direitos da carteira Bradescard (d)	**154.275**	-	**154.275**	-
Baixa de arrendamento (e)	**5.860**	-	**5.860**	-
Consultoria estratégica	**(5.949)**	-	**(5.949)**	-
Outros	**(6.137)**	(16.002)	**(6.137)**	(15.997)
	218.356	77.613	**217.571**	77.432

(a) Contempla provisões e reversões de baixa de ativos, descontinuidade de linhas de negócios e multas contratuais;
(b) A recuperação de créditos tributários é demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos de PIS e COFINS no montante de R$5.941 (mesmo exercício de 2024: R$62.046) e crédito de recuperação do ICMS no montante de R$4.192 (No exercício de 2024, refere-se à recuperação de créditos tributários demonstrada líquida dos gastos com advogados e consultoria e compreende, substancialmente, créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R$62.880, crédito referente a exclusão do ICMS_ST da base PIS/COFINS no montante de R$51.326, créditos previdenciários no montante de R$2.488).
(c) Em 2025 refere-se principalmente ao estorno de provisão de INSS no montante de R$62.145. (Em 2024 refere-se principalmente ao estorno de provisões sobre créditos de PIS e COFINS no montante de R$35.414 e ao estorno de provisão sobre encargos vinculados a operação de energia (TUST/TUSD) no montante de R$30.111, previamente reconhecidos no resultado e adição de provisão referente a casos previdenciários no montante de R$47.908).
(d) Refere-se ao reconhecimento pela cessão dos direitos sobre a carteira legada referente ao encerramento da parceria com Bradescard em junho de 2025. Valor apresentado está líquido de PIS e COFINS. (Nota 2).
(e) Baixa de passivo de arrendamento devido à redução de área de imóvel locado.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado com Variação Cambial e derivativos				
Empréstimos	**(5.978)**	(3.096)	**(5.978)**	(3.096)
Compras	**(3.193)**	(10.185)	**(3.194)**	(10.185)
	(9.171)	(13.281)	**(9.172)**	(13.281)
Receitas Financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	**120.897**	75.373	**123.614**	84.428
Atualização monetária sobre créditos tributários (a)	**86.228**	184.956	**86.275**	164.177
Resultado financeiro com títulos e valores mobiliários	**-**	-	**37.109**	8.432
Outras receitas financeiras (b)	**16.744**	(5.948)	**9.277**	14.962
	223.869	254.381	**256.275**	271.999
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	**(190.295)**	(187.753)	**(190.295)**	(187.753)
Juros sobre arrendamento	**(175.806)**	(170.913)	**(175.806)**	(170.913)
Despesa financeira de fornecedores – AVP	**(120.637)**	(95.928)	**(120.637)**	(95.928)
Juros com fornecedor Bradescard	**(42.119)**	(69.160)	**(42.119)**	(69.160)
Atualização monetária sobre impostos e contingências	**(24.962)**	(21.657)	**(24.965)**	(21.657)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 7)	**(69.199)**	(44.720)	**-**	-
Outras despesas financeiras	**(13.957)**	(9.590)	**(10.849)**	(9.633)
	(636.975)	(599.721)	**(564.671)**	(555.044)
Resultado FIDC C&A Pay (c)	**113.586**	106.753	**-**	-
Resultado financeiro líquido	**(308.691)**	(251.868)	**(317.568)**	(296.326)

(a) Contempla o valor de R$ 61.702 (R$ 162.723 em 2024) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R$ 2.869 (R$ 7.567 em 2024) vide nota 9.
(b) Contempla deságio na compra de créditos de ICMS. Os valores estão líquidos das taxas de comissionamento.
(c) Refere-se à operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas.

29. Informações por segmentos

A Administração da C&A definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. Os negócios foram classificados em dois segmentos, varejo e serviços financeiros. As principais características para cada uma das divisões são as seguintes:

I. Varejo: comércio de artigos de vestuário, perfumaria, cosméticos e relógios, tanto em lojas físicas e quanto por meio do e-commerce.;
II. Produtos e serviços financeiros: operações de crédito ao consumidor e intermediação de venda de seguros através de parceiros e operações próprias relacionadas ao cartão C&A Pay.

		Serviços Financeiros				
	Varejo	Parceria Bradescard	C&A Pay	Total Serviços Financeiros	Eliminação	Consolidado
			2025			
Receita Operacional Liquida (a)	7.665.846	29.419	343.799	373.218	(56.106)	7.982.958
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados (b)	(3.550.235)	(268)	(27.605)	(27.873)	27.606	(3.550.502)
Lucro bruto	4.115.611	29.151	316.194	345.345	(28.500)	4.432.456
Vendas (a)	(1.963.784)	(1.396)	(140.035)	(141.431)	56.106	(2.049.109)
Gerais e administrativas	(724.887)	(108)	(9.985)	(10.093)	-	(734.980)
Perdas em Créditos, líquidas	-	-	(134.301)	(134.301)	-	(134.301)
Outras receitas operacionais, líquidas	63.296	154.275	-	154.275	-	217.571
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	1.490.236	181.922	31.873	213.795	27.606	1.731.637
Depreciação e amortização	(675.155)	(477)	(11.456)	(11.933)	-	(687.088)
Resultado financeiro						(317.568)
Impostos sobre o lucro						(139.894)
Lucro líquido do exercício						587.087
Balanço Patrimonial						
Ativo Total	9.276.413			1.345.721	(1.303.501)	9.318.633
Passivo	5.569.359			182.192	(139.974)	5.611.577

(a) O valor eliminado de R$56.106 refere-se ao *Merchant Discount Rate (MDR)*, que corresponde à taxa de comissionamento cobrada pela SCD C&A Pay sobre as transações realizadas pela C&A Varejo. Como essa cobrança ocorre entre as empresas do mesmo grupo, o impacto é eliminado quando da consolidação.

(b) O valor eliminado de R$27.706 refere-se ao custo *funding*, que representa a despesa incorrida pelo C&A Pay para financiar o saldo dos clientes. Esse saldo pode incluir valores em atraso, crédito rotativo ou compras com juros. A receita financeira dessa operação é reconhecida no Varejo. No resultado consolidado, tanto a despesa de *funding* quanto a receita associada à essa transação são eliminadas.

		Serviços Financeiros				
	Varejo	**Parceria Bradescard**	**C&A Pay**	**Total Serviços Financeiros**	**Eliminação**	**Consolidado**
				2024		
Receita Operacional Liquida	7.195.564	50.006	440.424	490.430	(49.455)	7.636.539
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(3.459.382)	(588)	(30.549)	(31.137)	30.549	(3.459.970)
Lucro bruto	3.736.182	49.418	409.875	459.293	(18.906)	4.176.569
Vendas	(1.786.811)	(18.653)	(162.210)	(180.863)	49.456	(1.918.218)
Gerais e administrativas	(631.552)	(62)	(16.945)	(17.007)	-	(648.559)
Perdas em Créditos, líquidas	-	-	(202.442)	(202.442)	-	(202.442)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	77.614	-	(182)	(182)	-	77.432
Resultado gerado pelos segmentos (sem depreciação)	1.395.433	30.703	28.096	58.799	30.550	1.484.782
Depreciação e amortização	(663.704)	(2.131)	(9.702)	(11.833)	-	(675.537)
Resultado financeiro						(296.326)
Impostos sobre o lucro						(60.441)
Lucro líquido do exercício						452.478
Balanço Patrimonial						
Ativo Total	**10.013.814**			**1.364.173**	**(1.324.088)**	**10.053.899**
Passivo	**6.705.330**			**154.130**	**(1.114.047)**	**5.745.413**

30. Seguros contratados

A C&A tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos com sinistros de seu imobilizado (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial), estoques, responsabilidade civil, transporte de mercadoria e risco cibernético.

Abaixo descrevemos o limite máximo de indenização para cada cobertura:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Responsabilidade Civil	**302.261**	327.619
Patrimônio e Estoque	**579.010**	538.520
Transporte	**73.085**	64.873
Risco Cibernético	**50.000**	50.000
	1.004.356	981.012

31. Plano de aposentadoria

31.1. Política contábil

A Companhia é patrocinadora da Cyamprev - Sociedade de Previdência Privada, uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade instituir planos de previdência ao grupo de funcionários de suas patrocinadoras. Em essência, os planos previdenciários patrocinados pela Companhia são estruturados na modalidade de contribuição definida e as contribuições aos planos são feitas pelos participantes ativos e/ou patrocinadora. Os planos também garantem um benefício mínimo pago em uma única parcela por ocasião do término do vínculo empregatício e elegibilidade à aposentadoria. As contribuições ao plano relativas a este benefício mínimo são feitas exclusivamente pela Companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Conforme CPC 33/IAS19, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09, a Companhia reconhece um ativo atuarial quando: (a) controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; (b) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela entidade e serviço prestado pelo empregado); e (c) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras.

31.2. Plano de aposentadoria

Em 2025, a C&A contribuiu com R$ 1.407 (R$ 5.309 em 31 de dezembro de 2024) aos planos, contabilizados como despesa no resultado do exercício. O total de empregados participantes dos planos em 31 de dezembro de 2025 é de 3.285 participantes (3.652 em 31 de dezembro de 2024), tendo 213 participantes assistidos (205 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores referentes às contribuições realizadas pela C&A em favor de associados, que efetuaram o resgate e se desligaram dos planos administrados pela Cyamprev podem ser utilizados para abater futuras contribuições e por este motivo é considerado um ativo da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 esse montante era de R$ 2.247 (R$1.114 em 31 de dezembro de 2024). A utilização desses valores pela C&A está condicionada à aprovação do Conselho da Cyamprev.

32. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro/(prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro/(prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 25.

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Resultado básico por ação	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**587.087**	452.478
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**302.914.334**	304.920.942
Lucro básico por ação - R$	**1,9381**	1,4839

Resultado diluído por ação	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**587.087**	452.478
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**302.914.334**	304.920.942
Média ponderada das ações outorgadas no plano de remuneração baseada em ações	**7.493.335**	3.254.952
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias diluídas	**310.407.669**	308.175.894
Lucro diluído por ação - R$	**1,8913**	1,4683

33. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as seguintes transações de investimento e financiamento que não envolveram caixa foram:

I. a aquisição de bens do ativo imobilizado no valor de R$93.423 (R$67.911 em 2024);
II. a aquisição de intangível no valor de R$ 29.982 (R$758 em 2024); e

III. reconhecimento do passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, onde as adições de novos contratos foram no montante de R$ 94.042 (R$109.321 em 2024), remensurações de R$ 248.252 (R$107.303 em 2024) e contratos encerrados no montante de R$ 8.936 (R$14.730 em 2024).

	Controladora e Consolidado	
	2025	**2024**
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(93.243)**	(67.911)
Aquisição de intangível	**(29.982)**	(758)
Contratos novos de direito de uso	**94.042**	109.321
Contratos novos passivo de arrendamento	**(94.042)**	(109.321)
Remensuração de contratos de direito de uso	**248.252**	107.303
Remensuração de passivo de arrendamento	**(248.252)**	(107.303)
Contratos de arrendamento encerrados	**(8.936)**	(14.730)

C&A MODAS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 45.242.914/0001-05

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DE ATIVIDADES

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS (CARF)
Exercício Social de 2025

Apresentação

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da C&A Modas S.A. ("CARF" ou "Comitê") é órgão estatutário, de funcionamento permanente e de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia ("CAD"), atuando com independência, autonomia operacional e dotação orçamentária própria, nos termos do Estatuto Social e de seu Regimento Interno.

Principais Atribuições e Responsabilidades

Compete ao Comitê, entre outras atribuições previstas na legislação aplicável, no Estatuto Social e em seu Regimento Interno, supervisionar e monitorar:

(i) a qualidade e integridade das demonstrações financeiras e sua aderência às normas legais e regulatórias;
(ii) os processos relativos à gestão de riscos, controles internos, compliance e auditoria interna;
(iii) as atividades dos auditores independentes;
(iv) o funcionamento do canal de denúncias; e
(v) temas financeiros relevantes submetidos ao Conselho de Administração.

No exercício de suas funções, o Comitê mantém relacionamento periódico com o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Auditoria Independente e demais áreas de governança e controle da Companhia, atuando com base nas informações recebidas e nas análises realizadas.

Estrutura e Composição

A composição do Comitê atende aos requisitos da regulamentação aplicável, inclusive da Resolução CVM nº 23/2021.

Em 2025, o CARF foi composto por 3 (três) membros independentes. Jamil Saud Marques atuou como Coordenador do Comitê e membro independente do Conselho de Administração. Integraram o Comitê Jorge Roberto Manoel (até 7 de maio de 2025), Ana Paula Malvestio e, a partir de 7 de maio de 2025, Andrea Maria Ramos Leonel.

Atividades Desempenhadas em 2025

O CARF estabeleceu Plano de Trabalho Anual com agenda temática refletindo os temas de maior relevância, atualizado ao longo do exercício para incorporar demandas regulatórias, solicitações do Conselho de Administração e assuntos pertinentes aos negócios da Companhia.

Em 2025, o Comitê reuniu-se em 18 (dezoito) ocasiões, entre sessões ordinárias e extraordinárias, além de ter realizado visitas técnicas a unidades operacionais.

O Comitê manteve interações periódicas com o Conselho de Administração, apresentando sínteses dos temas analisados, recomendações formuladas e oportunidades de aprimoramento identificadas.

Durante o exercício, o Comitê dedicou especial atenção a temas que envolveram julgamentos técnicos relevantes, conduzindo discussões aprofundadas com a Administração e com os auditores independentes, inclusive por meio de sessões executivas realizadas sem a presença da Administração, no cumprimento de seu dever de diligência.

Principais Temas Apreciados

1) Governança
   a) Análise do Formulário de Referência e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa;
   b) Discussão e acompanhamento da revisão da estrutura das áreas de Riscos, Compliance e Auditoria Interna, com ênfase na segregação entre a Auditoria Interna (3ª linha) e as funções de 2ª linha, visando ao fortalecimento da independência e efetividade do sistema de controles;
   c) Reflexões acerca da maturidade do modelo de três linhas de defesa e da cultura organizacional em temas de risco e governança;
   d) Acompanhamento de temas relacionados à AGOE 2025; e
   e) Aprovação do presente Relatório Anual de Atividades.

2) Demonstrações Financeiras
   a) Análise e recomendação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais;
   b) Avaliação de provisões e estimativas contábeis relevantes;
   c) Discussão técnica aprofundada acerca da reversão de provisão previdenciária relevante, incluindo apreciação de pareceres jurídicos externos e reuniões específicas com a Auditoria Independente;
   d) Análise das demonstrações financeiras da C&A Pay SCD referentes ao 1º semestre de 2025;
   e) Recomendação sobre proposta de distribuição de Juros sobre Capital Próprio ("JCP");
   f) Análise e recomendação sobre recompra/rolagem de debêntures.

3) Auditoria Interna
   a) Avaliação do RAINT 2024;
   b) Aprovação e recomendação do PAINT 2025;
   c) Monitoramento da execução do plano e dos relatórios emitidos;
   d) Avaliação da estrutura das linhas de defesa 2ª e 3ª Linha;
   e) Deliberação sobre contratação de assessoria especializada para apoio à Auditoria Interna.

4) Auditoria Independente

a) Condução e acompanhamento de processo estruturado de concorrência (BID) para avaliação e eventual substituição da firma de auditoria independente;
b) Avaliação técnica das propostas apresentadas, incluindo metodologia, equipe, independência e honorários;
c) Recomendação ao Conselho de Administração acerca da contratação da nova firma de auditoria independente, cuja formalização ocorreu em 22 de janeiro de 2026;
d) Avaliação da estratégia de transição planejada;
e) Realização de sessões executivas periódicas com a Auditoria Independente;
f) Acompanhamento das recomendações constantes da Carta de Controles Internos.

5) Adequação Regulatória e IFRS S1/S2
   a) Acompanhamento do processo de preparação para adoção e reporte das normas IFRS S1 e IFRS S2;
   b) Avaliação da adequação regulatória, estrutura de governança;
   c) Avaliação da estratégia de contratação de auditor externo para asseguração das informações relacionadas aos relatórios S1 e S2.

6) Riscos e Controles Internos
   a) Análise e discussão da matriz de riscos corporativos;
   b) Monitoramento da evolução dos controles internos;
   c) Discussões específicas sobre operações estruturadas com fornecedores, incluindo risco sacado e políticas de bonificação;
   d) Acompanhamento da estratégia de atualização da matriz de riscos.

7) Compliance, Integridade e Privacidade
   a) Acompanhamento dos indicadores do Canal de Denúncias;
   b) Monitoramento das iniciativas relacionadas à LGPD;
   c) Monitoramento das transações com partes relacionadas, incluindo solicitações de aprimoramento de divulgações;
   d) Acompanhamento de projeto estruturado de compliance tributário, com análise de relatórios emitidos por assessores externos independentes e monitoramento dos respectivos planos de ação.

8) Temas Tributários e Judiciais
   a) Apreciação dos impactos da Reforma Tributária e de outras alterações normativas relevantes;
   b) Monitoramento das provisões e contingências tributárias, trabalhistas e cíveis;
   c) Acompanhamento da realização de créditos fiscais.

9) Segurança Cibernética e Gestão de Acessos
   a) Monitoramento dos investimentos e da estrutura dedicada à Segurança da Informação;
   b) Acompanhamento do plano de trabalho da área;
   c) Monitoramento dos trabalhos para adequação dos Controles Gerais de Tecnologia de Informação (ITGC)Monitoramento dos trabalhos para adequação dos Controles Gerais de Tecnologia de Informação (ITGC);
   d) Reportes periódicos sobre maturidade em segurança da informação;

e) Avaliação dos planos de ação para 2025 e 2026;
f) Acompanhamento da renovação das apólices de seguro cibernético e demais coberturas relevantes.

10) Serviços Financeiros
a) Monitoramento dos indicadores de crédito e inadimplência da C&A Pay;
b) Discussão sobre risco de crédito e desempenho da carteira.

11) Outros Temas Relevantes

a) Acompanhamento de reportes de ASG;
b) Apreciação do Relatório Integrado/Anual;
c) Discussão sobre gestão de estoques;
d) Monitoramento de iniciativas estratégicas e investimentos relevantes.

RECOMENDAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da C&A Modas S.A., no exercício de suas atribuições legais, procederam à análise das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas.

Com base nos trabalhos realizados e nas informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, recomendaram ao Conselho de Administração, por unanimidade, a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
C&A Modas S.A.
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$700.655 mil, na controladora, e R$ 669.299 mil, no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa n° 10.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future with confidence

Contingências tributárias

A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2025 era de R$148.834 mil, na controladora e consolidado, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 20. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram utilizadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais que acarretem em mudança de prognóstico de perda por parte dos assessores jurídicos, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R$591.507 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa n° 20, não provisionado contabilmente nas demonstrações financeiras dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Envolvemos especialistas em assuntos controversos na análise das provisões reconhecidas e dos processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo suas opiniões com relação ao estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa n° 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação, para o processamento e geração de informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as demonstrações financeiras, como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTIs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere à auditoria dos acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; e (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; e (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Com base nestes resultados, consideramos apropriadas as informações extraídas dos sistemas da Companhia para o planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Arrendamento

A Companhia, pela natureza de suas operações, possui elevado volume de contratos de arrendamento das suas lojas. Adicionalmente, durante o exercício, há movimentação relevante

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

nas rubricas relacionadas com os contratos de arrendamento em decorrência de processos de abertura de novas lojas, renovações dos contratos e/ou remensurações de contratos existentes relacionados às lojas em operação devido às mudanças nas condições anteriormente celebradas, assim como baixas de contratos em decorrência de encerramento de lojas. Devido ao volume e peculiaridades de cada negociação ou renegociação realizadas entre a Companhia e Arrendadores, assim como a dependência da Companhia em relação ao sistema que gerencia a base e mensura as alterações de cada contrato, consideramos os arrendamentos de lojas como um principal assunto de auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos para identificação de contratos de arrendamento ou contratos que contêm arrendamentos, e das políticas internas adotadas pela diretoria da Companhia para determinação dos ativos e passivos de arrendamento. Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento. Selecionamos uma amostra representativa de contratos para cada natureza de transação que tenha impactado os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras sobre o assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP034519/O

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP172167/O

C&A MODAS S.A.
CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05
NIRE 35.300.542.762

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Data, Horário e Local: Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro de 2026, às 15 horas, na sede social da C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "C&A"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-000.

Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do item 4.2.3 do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia (respectivamente, "Regimento Interno" e "CF"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do CF, inclusive sob a forma digital, nos termos do artigo 4.1. do Regimento Interno do CF.

Presença: (1) ao longo de toda reunião: (a) a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Marina de Mesquita Willisch, Diego Santana Tristão e Rafael de Souza Morsch; e (b) Ana Elisa Crucciti, Carollina Frone Mohr e Corina Gomes da Silva Darezzo, representantes da área de Governança Corporativa; **(2)** em tópicos específicos: (a) os representantes da Ernst & Young Auditores Independentes ("EY" ou "Auditores Independentes"): Flavio Peppe, Wagner Ferreira e Luana Brunelli; e (b) Rodrigo Legaspe (Head de Contabilidade) e Thiago Frigo (Head Jurídico e Tributário).

Mesa: **Marina de Mesquita Willisch** – Presidente; **Ana Elisa Crucciti** – Secretária da Mesa.

Ordem do Dia: Análise e opinião acerca: **(1)** das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras"), relativas ao trimestre e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (2) a proposta de destinação de lucro líquido da Companhia referente ao Exercício de 2025; e (3) indicação de membro do Conselho Fiscal para comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, a ser oportunamente convocada.

Deliberações: Dando início aos trabalhos, os Conselheiros examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e opinaram favoravelmente, por unanimidade e sem ressalvas, sobre:

(1) as Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral, conforme parecer anexo ("Anexo I");

(2) a proposta de destinação do lucro da Companhia referente ao Exercício 2025, a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral; e

(3) a indicação da Sra. Marina de Mesquita Willisch para representar o Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2026, a ser oportunamente

convocada pelo Conselho de Administração, em conformidade com o art. 163, parágrafo 3º, da Lei n° 6.406/76.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e unanimemente aprovada.

Barueri (SP), 23 de fevereiro de 2026.

MARINA DE MESQUITA WILLISCH Presidente do Conselho Fiscal	**DIEGO SANTANA TRISTÃO** Membro do Conselho Fiscal
RAFAEL DE SOUZA MORSCH Membro do Conselho Fiscal	**ANA ELISA CRUCCITI** Secretária da Mesa

C&A MODAS S.A.
CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05
NIRE 35.300.542.762

ANEXO I À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA C&A MODAS S.A., REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026

O Conselho Fiscal da C&A Modas S.A., instalado em 30 de abril de 2025, em conformidade com as atribuições dispostas no artigo 163 da Lei 6.404/76, conforme alterada, no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho Fiscal, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, bem como da proposta da Administração para destinação do resultado do exercício.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes da Companhia, os membros do Conselho Fiscal concluíram que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira e patrimonial da Companhia e opinaram, favoravelmente e sem ressalvas, pela sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Barueri (SP), 23 de fevereiro de 2026.

_____
MARINA DE MESQUITA WILLISCH
Presidente do Conselho Fiscal

_____
RAFAEL DE SOUZA MORSCH
Membro do Conselho Fiscal

_____
DIEGO SANTANA TRISTÃO
Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2025, autorizando sua conclusão nesta data.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026.

DIRETORES

Paulo Correa Junior
Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

Francislei Cassio Donatti
Vice-Presidente Comercial

Maria Carolina Brasil Burghesi
Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2025.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026.

DIRETORES

Paulo Correa Junior
Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Vice-Presidente de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

Francislei Cassio Donatti
Vice-Presidente Comercial

Maria Carolina Brasil Burghesi
Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG